

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Primavera da Cunha

As expectativas do egresso na formação do curso de RI/UFSC e o impacto na busca do mercado de trabalho: Turmas 2009.1 /2009.2 e 2014.2.

Florianópolis

2021

Primavera da Cunha

As expectativas do egresso na formação do curso de RI/UFSC e o impacto na busca do mercado de trabalho: turmas 2009.1 /2009.2 e 2014.2.

Monografia Submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Daniel Ricardo Castelan

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Cunha, Primavera

As expectativas do egresso na formação do curso de RI/UFSC e o impacto na busca do mercado de trabalho : turmas 2009.1 /2009.2 e 2014.2. / Primavera da Cunha ; orientador, Daniel Ricardo Castelan, 2021.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Egresso do curso de Relações internacionais. 3. Expectativa na graduação. 4. habilidade alcançadas para o mercado de trabalho. I. Castelan, Daniel Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Primavera da Cunha

As expectativas do egresso na formação do curso de RI/UFSC e o impacto na busca do mercado de trabalho: turmas 2009.1 /2009.2 e 2014.2.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Danielle Jacon Ayres Pinto
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Filipe Dias
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina
(Orientador)

Florianópolis
2021

“São as universidades que fazem, hoje, com efeito, vida marchar. Nada as substitui. Nada às dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil”. (Teixeira,1988).

“Ensinar exige humildade, tolerância e luta em defesa aos direitos dos educandos e exige também, a apreensão da realidade”. (FREIRE, 2003).

“...*mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia*”. (Montaigne, 1522).

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão do aprendizado e a conquista de mais um saber, é inevitável não lembrar da minha minha origem como pessoa existente. Aos meus pais Paulo (in memoriam) e Georgete que através da união do seu amor gerou em mim a força de lutar pelo seu sonho. Obrigada mãe por me ensinar a nunca desistir! Ao meu companheiro de vida Prof.Rainy Workmann, meu mestre com carinho, obrigada por me mostrar que somente a educação liberta! Aos meus filhos Luiza , Raphael , Bruno e Bernard sem vocês nada teria sentido! Aos meus amigos companheiros universitários do curso de RI e em especial a minha turma 2014.2, obrigada por não me deixarem desistir dessa jornada incrível em busca do conhecimento. Em especial a Kevin Martello e Edson Santos que me ladearam e seguraram na minha mão e me deram força para seguir em frente, amigo,amigo....! As minhas amigas e musas inspiradoras Ana Beatriz Slomski e Cecília Brancher obrigada por compartilharem comigo a força de ser mulher desde de sempre! A todos os meus professores que com muito orgulho enalteço a impecável transferência do saber. Aos egressos da turmas 2009.1 e 2009.2 o meu profundo respeito e carinho pela confiança de relatar seus sentimentos mais verdadeiros e emocionantes na busca da realização dos seus sonhos. Ao meu orientador Prof. Daniel Castelan obrigada por confiar na minha pesquisa e iluminar a estrada da minha busca, sua orientação foi de grande relevância na finalização de toda essa jornada da graduação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar um perfil do egresso em Relações Internacionais da UFSC, em particular no que diz respeito a como evoluíram, desde o ingresso no curso e após a formatura, suas expectativas com relação ao curso e ao mercado de trabalho. Esta pesquisa foi desenvolvida sobretudo por meio de entrevistas com egressos das duas primeiras turmas inaugurais do curso (2009.1 e 2009.2) e com a turma 2014.2, bem como com professores, que permitiram conhecer e compreender as experiências sobre o processo de formação deste grupo específico. Dessa forma, o trabalho dialoga e contribui com outros estudos sobre a área de Relações Internacionais do Brasil, que também buscam mapear e compreender a formação desse campo em suas diferentes dimensões, que vão desde o perfil do egresso até à forma como este lida com a inserção na vida profissional e no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Relações Internacionais, egresso, Universidade Federal de Santa Catarina, perfil do egresso, mercado de trabalho.

ABSTRACT

The present work has the objective of the research profile of the graduate student in International Relations at UFSC, particularly with regard to how he evolved, since entering the course and after graduation, his expectations regarding the course and the job market. This research was developed mainly through discovery with graduates from the first two classes of the course (2009.1 and 2009.2), as well as with teachers, which allows to know and understand as experience the formation process of this specific group. In this way, the work dialogues and contributes to other studies on the International Relations area in Brazil, which also seek to map and understand the formation of this field in its different dimensions, ranging from the profile of the graduate to the way he deals with insertion into professional life and the labor market.

Keywords: International Relations, egress, federal university of santa catarina, egress profile, job market, training

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da oferta de cursos de RI no Brasil (1970 - 2010).....	16
Gráfico 2 - Expansão do número de cursos de Relações Internacionais entre os anos 1974 à 2016.....	24
Gráfico 3 - Primeiro emprego pós formatura - forma de obtenção.....	35
Gráfico 4 - Tempo gasto após formatura para conseguir emprego.....	36
Gráfico 5 - Número de egressos entrevistados parcial e total.....	37
Gráfico 6 - Perfil do egresso: 1º opção, estágio e programa acadêmico.....	39
Gráfico 7 - Setor de ocupação.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Habilidades requeridas para o egresso de RI.....	18
Quadro 2 - Matriz curricular do curso RI/UFSC.....	30
Quadro 3 - Indicadores sócio econômico - Relatório de curso RI/UFSC ENADE 2018	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA E ESTRUTURA DO TRABALHO.....	11
2	HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RI NO BRASIL.....	12
2.1	SURGIMENTO DA DISCIPLINA.....	12
2.2	CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL.....	14
2.3	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCNs) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RI.....	17
2.4	OS CURSOS DE RI E REQUISITOS DO MEC PARA O PADRÃO DE QUALIDADE.....	21
2.5	QUESTÕES NACIONAIS: DESEMPENHO DA DISCIPLINA NO BRASIL. PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL, UM ESTUDO DESENVOLVIDO PELA PROF. MARRIELLE MAIA/2017.....	23
3	O CURSO DE RI/UFSC:HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS.....	25
3.1	criação.....	25
3.2	PROJETO PEDAGÓGICO E O PERFIL DO CURSO RI/UFSC	27
4	O EGRESSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
4.1	REVISÃO DE LITERATURA SOBRE EGRESSOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
4.2	O EGRESSO RI/UFSC: UM PERFIL SUBJETIVO.....	37
4.3	O PERFIL DO EGRESSO PELO EGRESSO.....	39
5	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	48
	ANEXO I.....	50
	ANEXO II.....	52
	ANEXO III.....	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O surgimento de cursos de Relações Internacionais (RI), de graduação de nível superior, tem como razão o interesse estratégico pelas Relações internacionais, que acompanhou o processo de intensificação do comércio exterior, os intercâmbios (políticos culturais e sociais), a atuação de grandes conglomerados estrangeiros de forma globalizada (pela aquisição de ou associação com empresas nacionais). Pelos grandes impactos que trouxeram para sociedade, tais processos demandaram, no campo profissional, uma habilitação específica que trouxesse embasamento para as negociações que viriam a partir de todas estas transformações (MIYAMOTO, 2003;JULIÃO 2012).

O primeiro curso de graduação em RI no Brasil iniciou-se em 1974 na Universidade de Brasília (UnB), onde dez anos depois instituiu-se o Mestrado para a disciplina. A Universidade Católica de Brasília (UCB) foi a segunda instituição a oferecer o curso, em 1995, apesar de o tema estar em voga e na preocupação dos intelectuais muito antes destas datas. Mesmo não havendo uma institucionalização do ensino da disciplina, o tema sempre teve importância nos meios político e intelectual do país, sendo que RI era integrada como parte de formação em áreas correlatas como no campo de ciências jurídicas, filosofia, economia, política, entre outras (VENTURA; LINS, 2014).

Durante a década de 1990 houve um aumento significativo nas pesquisas que se relacionavam com a disciplina de relações internacionais, ou seja, um “adensamento do pensamento brasileiro de relações internacionais” (LESSA, 2005, p. 169), que pode ser encontrado em setores como: as instituições governamentais; organizações não governamentais; e, em especial, no meio acadêmico.

No processo de evolução da graduação e o reconhecimento no mercado de trabalho para bacharéis de RI, um dos mais conhecido guias de estudantes descreve o perfil do Bacharel de RI como alguém que:

[...] analisa o cenário mundial, investiga mercados, avalia as possibilidades de negócios e aconselha investimentos no exterior. Promove entendimentos entre empresas e governos de diferentes

países, abrindo caminho para exportações, importações e acordos bilaterais ou multinacionais. A internacionalização da economia amplia o campo de atuação desse profissional, que pode trabalhar em ministérios, embaixadas e ONGs. (E-GUIA DO ESTUDANTE, 2013).

Neste seguimento, o censo do INEP 2018 mostra que existem no Brasil cerca de 138 cursos de RI presenciais, e com mais de 23.478 mil alunos matriculados, sendo 15.716 (66,9%) em instituições de ensino superior privadas (INEP, 2019).

Segundo Ventura (2014), esse crescimento mostra que o “mercado” de cursos de RI insere-se perfeitamente na “mitologia pós-moderna sobre o funcionamento do mercado de trabalho”, pois “a grife do diploma é um indicador, mais do que de competência técnica, de competência social”, que vende “a ilusão da mobilidade social perfeita”, contrastando com a realidade de uma população que “experimenta no cotidiano uma das mais altas taxas de desigualdade do planeta” (ALVES; ALMEIDA, 2009). Ventura segue afirmando que um “novo mercado” impulsiona a busca de uma tecnicidade singular rumo a uma autoafirmação de sua identidade. Em alguns casos, essa busca termina por afastar a área da tradição humanista de diversas disciplinas que a constituem em prol da suposta funcionalidade dos futuros profissionais e de sua inserção no mercado de trabalho. Todavia, o curso de RI “não tem caráter profissionalizante, isto é, refere-se essencialmente a um campo do conhecimento e não a um conjunto de técnicas aplicáveis a sistemas operacionais associados genericamente a profissões” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, s.d.).

A dualidade do perfil do bacharel em RI apresentado acima, que equilibra uma formação humanista com demandas do mercado de trabalho, acaba impactando a construção da identidade do egresso, dada a importância do currículo em sua trajetória:

Pouco se divulga informações sobre o que é um internacionalista, ficando a ilusão para o mercado de que sua tarefa é idêntica à realizada pelo profissional de Comércio Exterior. Também tem sido reduzido o seu esforço a um trabalho que pode ser executado por vários outros profissionais de ciências humanas, tais como juristas, economistas, sociólogos, antropólogos, historiadores etc., o que não é o caso. Talvez, uma grande parcela de responsabilidade por essa confusão se deva à maneira como são organizados os cursos de RI no Brasil e a forma como são concebidos os conteúdos das disciplinas, que acabam formando generalistas desvinculados do real universo de atuação desse profissional. (SUANO, 2005)

Dito isso, este trabalho tem como foco de análise conhecer as expectativas do egresso do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, mapeando seu perfil identitário nas suas frustrações ou afirmações e sua coerência na busca do mercado de trabalho.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho tem como objetivo traçar um perfil do egresso em Relações Internacionais da UFSC, em particular no que diz respeito a como evoluíram, desde o ingresso no curso e após a formatura, suas expectativas com relação ao curso e ao mercado de trabalho.

Para alcançar esse objetivo, foram também buscados os seguintes objetivos específicos: (i) um histórico do processo de formação dos cursos de RI no Brasil, apresentando os momentos iniciais e as características atuais da área; (ii) uma narrativa do processo de criação do curso de Relações Internacionais da UFSC, no âmbito do programa REUNI do Governo Federal; (iii) uma apresentação das características centrais do curso de RI da UFSC, em termos de seu corpo docente, estrutura curricular e projeto pedagógico; (iv) uma análise dos egressos em RI da UFSC, em particular da primeira turma, com relação a características sócio-econômicas e evolução de expectativas com relação ao curso.

Para alcançar esses objetivos, além do estudo da literatura sobre o assunto e consulta de documentos, foi realizada uma pesquisa com egressos das turmas 2009.1 e 2009.2 e 2014.2, através de aplicação de questionário e também com entrevistas abertas. Ao total, dos 85 egressos dessas turmas¹, 62 deles responderam ao questionário e participaram das entrevistas. Também foram conduzidas entrevistas com 7 professores do curso e 1 servidor técnico-administrativo em educação.

¹ Listagem de egressos disponível no Portal de Egressos da UFSC. Disponível em <<https://egressos.sistemas.ufsc.br/>>.

2 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RI NO BRASIL

2.1 SURGIMENTO DA DISCIPLINA

Em 1954, no Brasil, foi dado o grande passo para que se iniciasse articulações em relação à disciplina com a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, que foi responsável por publicar a Revista Brasileira de Política Internacional, desde 1958, ainda editada pela Scielo. Segundo o Editorial, :

A RBPI é um veículo de periodicidade semestral, dedicado ao debate sobre relações internacionais contemporâneas, em múltiplas perspectivas. A revista é considerada uma das principais publicações especializadas em Relações Internacionais da América Latina e uma das mais influentes do Sul Global. A revista é veiculada exclusivamente on line na Coleção Scielo Brasil, adotando o modelo de publicação continuada (REVISTA, 2020, n. p.).

Até os anos de 1980, as relações internacionais como tema de discussões oficiais ou disciplina era privilégio de poucos diplomatas e acadêmicos, quando se tornava necessário ou eram provocados por alguma demanda que trazia o assunto para as universidades, sempre vinculada aos diferentes departamentos como de Direito, História, Ciências Sociais ou Políticas. Importante destacar que neste período, a universidade e seus cursos eram orientados para profissões que já entrassem diretamente no mercado de trabalho com objetivo prioritário do desenvolvimento nacional (SCHWARTZMAN, 2001: PAIM, 1981: PROTA, 1987).

Com a mudança de pensamento sobre a formação universitária, foi possível que cursos de RI fossem implantados em diversas universidades, principalmente na década de 1990, quando entendeu-se que a graduação universitária na área abrangia muito além de assimilar o que acontecia internacionalmente e os fenômenos decorrentes, mas que atuassem como verdadeiros profissionais de relações internacionais, com todas as suas atribuições e possibilidades.

O entendimento de que um conjunto determinado de conhecimentos constitui uma área distinta de estudo é, na verdade, o fato básico que justifica a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos para essa área. É óbvio que, do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como História, Política, Economia e Direito. Esse fato,

contudo, não faz do estudo das Relações Internacionais uma “colcha de retalhos” de noções e práticas definidas como “internacionais” no âmbito de uma variada gama de áreas do conhecimento (BRASÍLIA, 2020, n. p.).

Quando foi instituído o primeiro Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, em 1974, na UnB, a sua viabilidade só se tornou possível porque o Ministério das Relações Exteriores cooperou de forma decisiva permitindo que profissionais de seus quadros se transformassem em docentes. Entre eles, estavam Afonso Arinos de Melo Franco, José Guilherme Merquior, Ronaldo Sardenberg, Rubens Ricupero, Celso Amorim, que trouxeram a experiência e conhecimentos necessários para que se formassem as primeiras turmas e o próprio currículo do curso recém implantado (SATO, 2005).

Na Universidade de Brasília criou-se primeiro o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, em 1974, e somente uma década depois foi estruturado um programa de Mestrado especificamente voltado para o estudo e a pesquisa em relações internacionais. Cabe destacar que a iniciativa de Brasília tornou-se viável, em larga medida, graças à estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores que, particularmente nos primeiros anos, forneceu a maioria dos docentes com expertise mais específica em relações internacionais.¹[20] Hoje, o corpo de pesquisadores e docentes da Universidade de Brasília é composto essencialmente por acadêmicos e há na universidade brasileira um crescente interesse pelo estabelecimento de departamentos e de programas voltados especificamente para o estudo e a pesquisa em relações internacionais (SATO, 2005, p. 17).

Na visão de Eiti Sato (2005), existia, em 2005, apesar de vários anos de implantação e grande ampliação de universidades, um debate sobre o real papel das RI, uma vez que por muitas vezes a construção da área era permeada por preferências políticas, religiosas ou ideológicas, que na visão do autor interferem e prejudicam o debate sobre a área.

Na verdade, o debate teórico em relações internacionais convive com as mesmas dificuldades observáveis em seus estágios iniciais: as hipóteses são construídas a partir de diferentes premissas e de diferentes escolhas e as preferências ideológicas que dão sustentação a sentimentos de aprovação e rejeição geralmente prevalecem sobre a observação mais isenta dos fatos evidentes ou subjacentes. Apesar de reconhecer que esse comportamento seja mais geral, é possível que esse problema seja mais acentuado no

Brasil onde o debate sobre os temas internacionais ainda é incipiente (SATO, 2005, p. 18).

2.2 CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL

As primeiras iniciativas que se tem registro para darem origem aos cursos de RI, de acordo com Santos (2005), aconteceram com a instituição da disciplina “História das Relações Internacionais” em vários cursos universitários. A UnB foi pioneira na instituição de curso de bacharelado em Relações Internacionais, sendo que desta maneira, a disciplina passa a ser sistematizada e ensinada com método em que se torna prioridade e independente de outras como anteriormente era disponibilizada como parte de outras ciências.

O surgimento dos cursos de Relações Internacionais, portanto, insere-se nesse quadro em que o comércio internacional, os intercâmbios políticos, culturais e sociais, a entrada de grandes conglomerados estrangeiros, em praticamente todos os setores – seja adquirindo empresas nacionais, seja associando-se às mesmas –, passaram a assumir importância crescente, causando impacto tanto junto à sociedade quanto no Estado brasileiro. Esse fato (novos cursos e interesse pelas RI) está, destarte, diretamente relacionado ao papel que o país desempenha ou exercerá com maior ou menor intensidade nos próximos anos; à sua inserção em termos regionais ou mais amplos, e à própria percepção que as pessoas passaram a ter do mundo, influenciadas principalmente pelos meios de comunicação de massa que invadiram as casas de todos sem pedir licença (MIYAMOTO, 2003, p. 105).

Assim, disciplinas como Direito Internacional Público, a História Diplomática e a Economia foram fundamentais na consolidação posterior de cursos de RI, sendo que a Fundação Getúlio Vargas, com a fundação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), colaborou para o intento, fruto de ideias desenvolvimentistas dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (CRUZ; MENDONÇA, 2010). Lessa (2005) esclarece que a transformação de História Diplomática para História das Relações Internacionais trouxe o amadurecimento necessário para a área de RI e sua história, quando se deu destaque para um sistema mais complexo que diplomacia, já envolvendo a política externa brasileira e a disciplina passa a

abordar de forma mais abrangente os fatores internos e externos que têm influência nas relações existentes entre as nações.

(...) a criação do curso de graduação em Relações Internacionais na UnB, em 1974, do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu Programa de Mestrado em 1987, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987, fazem parte do processo de consolidação da área de relações internacionais no Brasil. (Herz, 2002, p. 19-20).

A colaboração dos diplomatas no primeiro curso foi fundamental para que se consolidasse a disciplina no meio universitário, e estes se tornaram os primeiros professores, com apoio do Ministério das Relações Exteriores que se tornou fundamental para o sucesso do curso e abrisse caminho para que outras instituições de ensino seguissem o mesmo caminho e abrissem mais vagas para a formação.

Do ponto de vista do Itamaraty, é fundamental definir uma política de operação. Ou seja, existe, diante do fenômeno do surgimento da preocupação acadêmica, a possibilidade de definir, de forma integrada, sistemática, com perspectiva de longo prazo, uma estratégia de conduta, em uma palavra, uma política de ligação com a Universidade (FONSECA JUNIOR, 2011, p. 67).

Após 1985, no período de redemocratização brasileira, a disciplina passa a despertar mais interesse de pesquisadores, uma vez que o acesso à informação tornou-se mais facilitado: com o período do Governo Collor, iniciou-se a possibilidade de acesso aos documentos que o Estado até então mantinha em segredo. Em 1990, Lessa (2005) esclarece que documentos produzidos desde 1945 puderam ser acessados para pesquisa.

De acordo com Lessa (2005), os egressos das primeiras turmas tiveram que pagar por seu pioneirismo, porque o seu preparo se deu para atuação em um mercado que também se consolidava e que os próprios profissionais deveriam abrir

seu caminho, provando a estas organizações (públicas ou privadas) de que sua função era importante e também em alguns casos, fundamental para o bom desempenho frente aos desafios de relações internacionais.

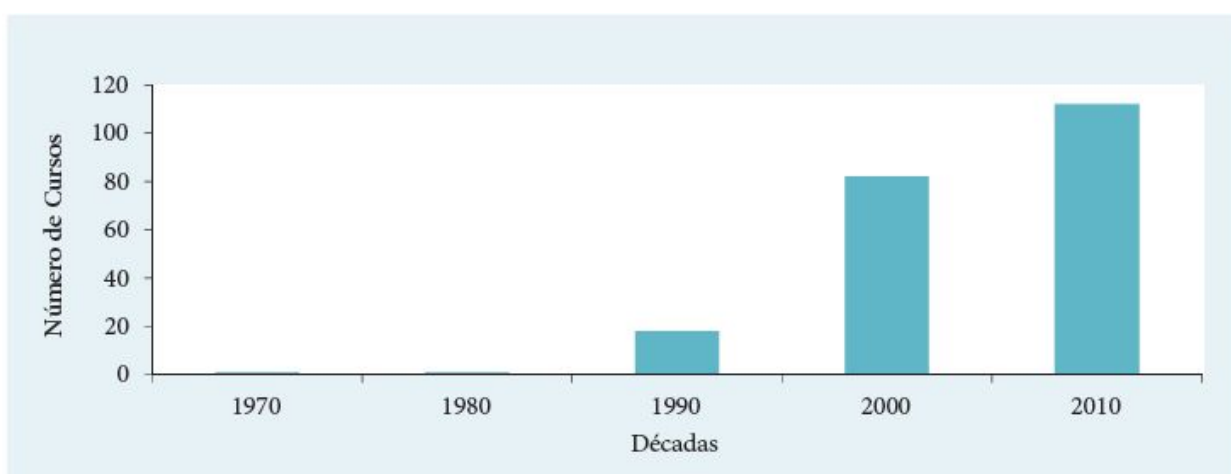
Durante muitos anos, os egressos do primeiro curso lutaram para serem aceitos nas estruturas administrativas dos órgãos públicos, empresas estatais, organismos paraestatais, organizações internacionais e setor privado.

A sensibilização de empregadores em potencial é tarefa que a Universidade de Brasília deve dedicar-se com afinco, empreendendo por meio dos professores envolvidos na estruturação do programa grande esforço institucional de divulgação do perfil do profissional que se pretende formar (habilidades, especificidades de sua formação etc.).

Isso incluiu a negociação dos primeiros programas de estágio e o acompanhamento das oportunidades de trabalho nas quais os egressos poderiam atuar (LESSA, 2005, p. 37).

No período entre 1970 e 2010 houve um crescimento dos cursos de RI tanto na iniciativa privada como na pública, com uma grande heterogeneidade nas grades curriculares, como pode se observar no Gráfico 1. De acordo com Miyamoto (1999), o grande problema estaria no que se entende por “praticidade” voltada para os cursos, em que o comércio exterior e sua grade de conhecimento teriam um peso excessivamente maior que disciplinas que contemplassem ciência política e a teoria das relações internacionais, e como consequência a oportunidade de inserção no mercado trabalho específico para o bacharel de RI.

Gráfico 1: Evolução da oferta de cursos de RI no Brasil (1970-2010)



Fonte: Ribeiro *et al* (2013)

De acordo com Miyamoto (2003) a procura pelo curso de RI aumentou bastante no período por ele analisado. O autor cita, como exemplo, o bacharelado da PUC-SP², desde que passou a oferecer a formação tem tido a média de mais de dez candidatos por vaga, nas Universidades Estaduais de São Paulo (USP e UNESP) a procura também tem sido muito alta. Assim explica-se a grande procura de IES que buscam homologar os cursos que estão em voga, segundo autor por causa da:

[...] importância que o mundo globalizado, a formação dos megablocos e a informação instantânea, por meio da televisão aberta e a cabo, ou via internet, têm exercido sobre todos, rompendo distâncias e fronteiras, ligando países e continentes, com velocidades cada vez maiores, mostrando que os mesmos estão separados por apenas poucas horas de voo, e que fazemos parte de um mundo muito pequeno (MIYAMOTO, 2003, p. 104).

2.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCNs) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RI

Acompanhando a expansão dos cursos, em 2017 foi instituída pelo Ministério da Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais (bacharelado), que deveriam orientar a estruturação da área ao propor conteúdos mínimos, competências, habilidades e características mínimas aos cursos. Neste tópico, serão descritos os principais artigos do texto da Resolução nº 4/2017, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A necessidade de se institucionalizar a área, como realizado pelas Diretrizes, é explicada por Julião (2013):

É preciso enfatizar, todavia, que existem diferenças entre o desenvolvimento de uma disciplina e a construção de uma área institucionalizada, ainda que ambos estejam relacionados. Ao abordar as questões referentes a uma disciplina, o foco direciona-se a elementos de origem prioritariamente interna à dinâmica intelectual, tais como as discussões teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas que levam a construção de uma agenda de pesquisa especializada e orgânica. Os elementos de ordem externa, tais como as influências, as demandas e as percepções da sociedade, são relevantes, mas não figuram como o interesse principal (JULIÃO, 2013, p. 2).

² Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.

Em seu Art. 2^{o3} a resolução versa sobre a organização do curso de graduação, seu projeto pedagógico e matriz curricular, seguindo pela linha de formação, perfil que se espera do egresso, com os requisitos para obter o título de bacharel, como o TCC e o estágio supervisionado. Em relação ao estágio⁴,

Na área de Relações Internacionais, os estudantes podem estagiar junto ao setor público, empresas de economia mista, setor privado, representações de governos estrangeiros no Brasil, organismos internacionais, tanto intergovernamentais quanto não-governamentais, OSCIPs, Sindicatos e Associações, Instituições de Ensino Públicas ou Privadas, bem como agências de consultoria. O estudante do curso de Relações Internacionais poderá iniciar atividades de estágio a partir do 1º semestre (ALMEIDA *et al*, 2011, p. 86).

No Art. 4^{o5}, *caput*, descreve o que o curso deve possibilitar em capacidade e habilidade ao aluno, em sua formação profissional como descrito no quadro a seguir.

Quadro 1: Habilidades requeridas para o egresso de RI

Capacidade/habilidade	Descrição
Compreensão	Questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética.
Solução de problemas	Inseridos em realidade diversificada e em transformação.
Utilização de novas tecnologias	Em pesquisa e comunicação;
Interpessoais	Consciência social, responsabilidade social e empatia.
Planejar, propor, executar e avaliar	Ações de promoção do desenvolvimento na escala local (com integração entre teoria e prática)

³ Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Relações Internacionais, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo projeto pedagógico e matriz curricular, linha de formação; perfil do egresso; incluindo as competências e habilidades esperadas; os conteúdos curriculares; a duração do curso; o regime de oferta; as atividades complementares; o sistema de avaliação; a metodologia de ensino e aprendizagem; o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional, e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este como componente obrigatório da Instituição; sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico (BRASIL, 2017).

⁴ Art. 6º O estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por meio das instâncias institucionais competentes, aprovar o correspondente regulamento, com suas modalidades de operacionalização (BRASIL, 2017).

⁵ Art. 4º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas à concepção, ao gerenciamento, à gestão e à organização de atividades com interface internacional: (BRASIL, 2017).

Planejar e executar	De forma estratégica a internacionalização de diferentes tipos de organizações.
Domínio	Elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais.
Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos	Análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional.
Raciocínio lógico e expressão	De forma adequada em relação às ideias complexas.
Utilização adequada de teorias e conceitos próprios	Da disciplina de RI e seu uso na análise de situações concretas;
Postura crítica	Em relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em RI.
Efetiva comunicação e expressão	Oral e escrita em língua portuguesa.
Compreensão	Em pelo menos um segundo idioma, em especial em língua inglesa;
Pesquisa, análise, avaliação e formulação	Em relação aos mais diversos cenários para atuação na esfera internacional.
Tomada de decisões	Planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
Formular, negociar e executar	Projetos de cooperação internacional

Fonte: Adaptação dos incisos do Art. 4º, Resolução nº 4/2017 (BRASIL, 2017)

Em seu Art. 5º⁶, *caput*, a resolução indica disciplinas que devem constar no projeto pedagógico, para que se possa distinguir a área de conhecimento, organizadas em quatro eixos categorizados por temas e conteúdos, como descritos a seguir:

Formação Estruturante:

- Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia

⁶ Art. 5º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deverá ter no seu projeto pedagógico e na sua organização curricular característica que o distinga como área de conhecimento, expressa em disciplinas que abordem um conjunto de conteúdos básicos, organizados em quatro grandes eixos temáticos complementares entre si: (BRASIL, 2017).

Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

Formação Interdisciplinar

- Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso⁷.

Formação voltada à atividade profissional

- Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

Formação Complementar

- As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo

⁷ § 1º Recomenda-se que o tratamento dos conteúdos dos diferentes campos do conhecimento seja articulado, de forma que, de um lado, ofereça embasamento para os conteúdos do eixo de formação estruturante e, de outro lado, garanta os princípios da transversalidade, interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º Recomenda-se que o curso ofereça conhecimentos e habilidades para a atuação profissional, que considerem características regionais específicas.

§ 3º Recomenda-se que sejam previstas disciplinas abertas na forma de Tópicos Especiais. (BRASIL, 2017).

critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior⁸.

O que se pretendia com a instituição da Diretriz Curricular para o currículo do curso de RI, segundo o documento, é que este possa oferecer flexibilidade, interdisciplinaridade e articulação entre a teoria e a prática, para que os conteúdos obrigatórios, a distribuição da carga horária possibilite que os núcleos de formação, tanto geral quanto básica e profissional, possam proporcionar ao egresso facilidades para sua atuação no campo profissional.

2.4 OS CURSOS DE RI E REQUISITOS DO MEC PARA O PADRÃO DE QUALIDADE

De acordo com Ventura e Lins (2014), as Instituições de Ensino Superior (IES) que tenham interesse em oferecer cursos de graduação em RI devem apresentar padrões mínimos de qualidade que atendam a quatro requisitos. O primeiro é o de que o coordenador tenha formação específica na área de Relações Internacionais (extensivo ao corpo docente), mesmo reconhecendo-se a importância de disciplinas como história, economia, direito e política, entre outras, para o curso.

Essas considerações, aparentemente óbvias, tornam-se necessárias uma vez que a análise dos pedidos de autorização de funcionamento de cursos de Relações Internacionais deixa transparecer a percepção dos proponentes de que a área em questão não possui qualquer especificidade epistemológica. Em geral, tanto o coordenador indicado para o curso quanto o corpo docente previstos nas propostas não possuem formação e experiência acadêmica na área de Relações Internacionais. Eis porque o primeiro requisito para autorizar o funcionamento de um curso deve ser a comprovação de que o coordenador do curso, bem como os docentes previstos para ministrar as disciplinas específicas para a área de Relações Internacionais, possui formação no campo de estudo das Relações Internacionais. Seria possível imaginar um Curso de Economia onde o corpo docente fosse composto apenas por advogados, sociólogos e historiadores? (BRASÍLIA, 2020, n. p.).

Na questão da qualificação do docente, Miyamoto (2003), explica que a IES deve apresentar pelo menos 1/3 de seu corpo docente com titulação de doutorado, e o restante, mestrado ou especialização, podem também ser contratados professores que atuem na área, mas em minoria. Para uma boa aferição do corpo docente, buscam-se também outras atividades, como a produção acadêmica, a participação

⁸ Parágrafo único. Cada Curso de Graduação em Relações Internacionais estabelecerá, ainda, conteúdos da Linha de Formação Específica, adotada no Projeto Pedagógico do Curso, conforme previsto no Art. 2º, § 2º, desta Resolução (BRASIL, 2017).

em pesquisa com apoio institucional e cargos e funções de administração acadêmica (p. 107)

Este é, para qualquer atividade de ensino, um requisito básico. Para um curso que se inicia, um corpo docente qualificado, com significativa experiência docente, representa o primeiro indicador do potencial que esse curso possui em termos de sua consolidação definitiva. O padrão adotado para a avaliação desse item é composto pela titulação formal (pós-graduação em nível de mestrado e doutorado) e pelas atividades acadêmicas desenvolvidas. Sabe-se que, nem sempre, a titulação formal reflete a qualidade e o potencial docente, entretanto, considerando-se que a análise deve ser feita sobre o corpo docente como um todo, a proporção de professores formalmente titulados pode ser entendido perfeitamente como um critério objetivo de avaliação de qualidade (BRASÍLIA, 2020, n.p.).

Em relação ao projeto acadêmico pedagógico, até o ano de 2003, quando escreve Miyamoto, a grade curricular deveria conter determinadas disciplinas,⁹ agrupadas em específicas, auxiliares e correlatas, sendo que o oferecimento de optativas também é previsto e para finalização do curso, o discente deve apresentar um Trabalho de Conclusão Curso seguindo o mesmo molde que outros cursos de graduação (MIYAMOTO, 2003):

- a) As disciplinas específicas são aquelas que caracterizam o curso como Relações Internacionais uma vez que é através delas que os conceitos e as categorias empregadas nesse campo de estudo são ministradas. [...]
- b) As disciplinas de suporte e diretamente correlatas devem tratar de matérias de formação básica e das áreas no âmbito das quais os fenômenos internacionais se manifestam. [...]
- c) As disciplinas voltadas para a orientação profissional podem variar de acordo com os diferentes cursos individualmente, dependendo das disponibilidades regionais e locais podendo incluir: cooperação internacional, prática de negociação, integração regional, estudos regionais e estudos de temas específicos sobre o meio internacional, entre outros. Estágios profissionalizantes devem ser relacionados com a área internacional e curricularmente não devem ser contabilizados mais do que 12 créditos (equivalente a 180 horas/aula).
O curso deve incluir a redação de monografia de final de curso orientada por professor da unidade. A monografia deve ser avaliada por banca examinadora constituída especificamente para esse fim (BRASÍLIA, 2020, n.p.).¹⁰

Nas instalações físicas e demais recursos, estes devem propiciar ao aluno fontes de pesquisa bibliográfica (livros, revistas, jornais, especializados e de cultura geral) e lugar para estudo extraclasse, promover o acesso irrestrito à internet para pesquisas para que se possa, além de estender as pesquisas, a manutenção de contato e intercâmbio com estudantes, professores e profissionais de diversos lugares (MIYAMOTO, 2003).

⁹ Como preconiza a Resolução nº 4/CNE/CES

¹⁰ A organização das disciplinas foi alterada depois de 2003, quando Miyamoto realizou sua análise, especialmente após a publicação das Diretrizes Curriculares, conforme apresentado anteriormente.

- 1 – biblioteca com tamanho e recursos em condições de atender o corpo docente e discente em suas atividades regulares;
- 2 – acervo que contenha obras consideradas centrais para o curso, compatíveis com a bibliografia prevista nos programas das disciplinas;
- 3 – periódicos nacionais e estrangeiros, especializados em Relações Internacionais e Ciência Política
- 4 – recursos informatizados para o acesso e uso de material bibliográfico
- 5 – plano de expansão (BRASÍLIA, 2020, n. p.).

Estes padrões de qualidade recomendam que a multidisciplinaridade seja oferecida, e que o debate na busca constante da qualidade deve também buscar conhecer a realidade dos egressos, que através de sua experiência podem trazer uma visão crítica sobre o que se aprende na teoria e o que efetivamente se vai utilizar na prática, podendo assim, de forma permanente se questionar, buscar alternativas e até adaptar a grade curricular para melhor atender aos anseios do campo profissional que espera pelo formado em RI (VENTURA; LINS, 2014).

2.5 QUESTÕES NACIONAIS: DESEMPENHO DA DISCIPLINA NO BRASIL. PERFIL DO EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL. UM ESTUDO DESENVOLVIDO PELA PROF. MARRIELLE MAIA/2017.

Atendendo à demanda do Conselho Nacional de Educação de conhecer o perfil dos egressos dos cursos de Relações Internacionais do Brasil com o objetivo de subsidiar as políticas para o desenvolvimento do campo de estudos no Brasil e assim gerando o fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino. O referido Projeto objetiva a promoção de estudos no âmbito do Conselho Nacional de Educação para a revisão de normas e a proposição de reflexões que facilitem a indução de políticas educacionais. Assim como promover a realização de pesquisas com o objetivo de subsidiar discussões e debates sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior no Brasil.

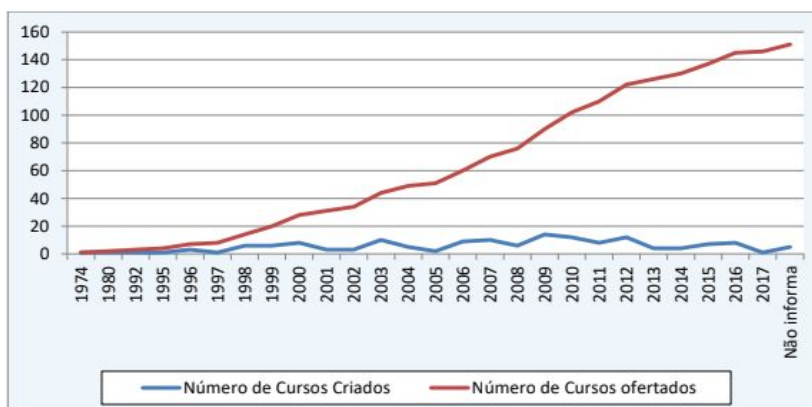
Para elaboração deste projeto foi solicitado a Professora Marrielle Maia, professora de graduação e pós graduação em Relações Internacionais na UFU, a produção de uma pesquisa, onde utilizou dados acumulados da Pesquisa do Graduando da Universidade Federal de Uberlândia 2014 (UFU, 2015) , IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das

Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2016) e conjunto a utilização de dados de ENADE nos anos de 2012 e 2015.

Bem como o objetivo deste projeto era de investigar junto aos egressos dos cursos de Relações Internacionais do Brasil aspectos relacionados à sua formação e atuação profissional permitindo assim, a apresentação de resultados que demonstram o potencial desse tipo de investigação para subsidiar as políticas educacionais nacionais, regionais, locais e institucionais para os cursos de Relações Internacionais.(MAIA, 2017)

Tendo o curso de graduação de Relações Internacionais no Brasil iniciado a partir de 1974 na UnB e somente em 1990 com a instituição particular Estácio de Sá, dando início assim progressivo ao crescimento da graduação no país . Todavia essa acelerada ampliação chama a atenção e preocupa a espertos da área que ficam atentos à identidade do curso de Relações Internacionais. (Miyamoto, 1999 e 2003; Lessa, 2005, Herz, 2002).

Gráfico 2: Expansão do número de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 a 2016.



Fonte: Maia, 2017, p.11.

Como a evolução progressiva e uma ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais (até então), a regulamentação do curso se deu por outros mecanismos como os Requisitos de Qualidade (1997), as Referências Curriculares Nacionais (INEP 2010) e as Diretrizes de Conteúdos dos ENADEs 2009, 2012 e 2015. (MAIA, 2017).

Entretanto, esses mecanismos de orientação ofertada não minoram as inquietudes dos profissionais do campo sobre a qualidade dos cursos de Relações

Internacionais e com a inclusão do profissional no mercado de trabalho. Maia (2017) em seu relatório segue afirmando que:

“ Não são poucos os desafios no processo de formação do bacharel em Relações Internacionais. As estratégias precisam levar em consideração a complexidade do mundo atual bem como a natureza multidisciplinar do campo de estudos. Assim, o exercício efetivo da interdisciplinaridade, o alinhamento entre teoria e prática e outros estímulos para a articulação dos mecanismos e formas de aprendizagem somam-se à relevância de uma avaliação contínua da formação ofertada.” (MAIA, 2017, p)

Seguindo a preocupação do perfil do egresso de Relações Internacionais, o estudo da professora Marrielle Maia demonstra uma grande relevância na construção de um instrumento de avaliação dos cursos, uma vez que oferece informações sobre o preparo dos alunos para a atuação profissional. Com objetivo de conhecer a inserção desse egresso ao mercado de trabalho, o estudo busca ainda possibilitar a compreensão sobre o próprio desenvolvimento e consolidação do campo no Brasil.

Os desafios enfrentados compreendem desde as dificuldades iniciais dos cursos de obterem docentes qualificados e formados na área, o acesso à bibliografia até os aspectos pedagógicos como o da integração de disciplinas no curso, o exercício efetivo da interdisciplinaridade, o alinhamento entre teoria e prática entre outros desafios de articulação dos mecanismos e formas de aprendizagem. (Almeida, 1999; Miyamoto, 2003; Ventura, 2014 *apud* Maia, 2017).

3 O CURSO DE RI/UFSC: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

3.1 CRIAÇÃO

Com o propósito de fomentar a expansão dos cursos universitários a nível nacional, o REUNI, lançado em 2007, era um programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. No âmbito desse projeto, o Departamento de Economia do centro socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina em 2008 desenvolveu o projeto pedagógico do curso de Relações Internacionais, com o objetivo de criar um curso com competências técnicas no diversos campos das relações internacionais e com ênfase nos aspectos das relações econômicas internacionais.

Solicitado pelo departamento, o Professor Jaime Cesar Coelho, que até então era professor do departamento de Economia, foi convidado a desenvolver tal projeto pedagógico pois trazia consigo um *know-how* em projetos para a formação de cursos de RI. Além de ter prestado consultoria para formação de curso de RI em Campo Grande-MS, o professor Jaime integrava o grupo de pesquisa formado também pelos professores Reginaldo Nasser, Reginaldo Moraes e Sebastião Velasco e Cruz, que estavam também envolvidos na criação do programa San Tiago Dantas UNESP - PUC/SP- UNICAMP.

Utilizando-se dessa experiência, o professor Jaime passou a desenvolver a estrutura e a formação do curso de graduação de RI, em diálogo com professores do departamento de Economia e professores de outros departamentos ligados a cursos com interfaces para RI, como o curso de Direito, História, Ciência Política e Sociologia. Contudo, a graduação teria como corpo docente um grupo de professores que estivessem ligados ao Departamento de Economia e envolvidos com pesquisas e estudos no tema da Economia Política, pois o objetivo inicial do projeto pedagógico era ter professores com tradições na escola de Celso Furtado e escola Marxista, na linha da Teoria da Dependência e Desenvolvimento da América

Latina. Neste sentido, havia professores com linhas de pesquisas próximas à economia internacional.

Sendo assim, a ideia central era criar um curso seguindo orientações gerais básicas para o curso de RI, pois até então não haviam diretrizes nacionais para o curso. Entretanto, seguindo em busca de espelhar-se nas mais renomadas universidades que ofertavam cursos de graduação de RI no Brasil, o núcleo que formulou o primeiro projeto pedagógico manteve contato com as principais Instituições de ensino como a UnB, PUC- SP e PUC -BH.

Nesse período de desenvolvimento do projeto pedagógico (2007/8), segundo o professor Jaime, o país passava por uma “maré montante” ou seja, em pleno crescimento econômico durante o governo Lula. O cenário internacional impulsionava as instituições de ensino superior, pois acontecimentos no âmbito internacional e principalmente as ligações regionais do Brasil com seus países fronteiriços, sobretudo do Mercosul e América do Sul, demandariam profissionais com uma formação acadêmica específica no campo das Relações internacionais, sem desconsiderar a interdisciplinaridade dos fenômenos envolvidos.

Posto isto, o projeto pedagógico do curso de RI da UFSC nasce com um perfil voltado para os estudos e análises das relações internacionais com um foco em desenvolvimento sócio-econômico e político internacional, acreditando, que esta vertente de estudo das RIs emergiria como um campo relevante no Brasil. Acreditava-se também que o curso de RI, com ênfase em economia internacional, seria oportuno em função das características do departamento proponente, e assim atenderia uma demanda crescente da profissão seguindo o desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina.

3.2 PROJETO PEDAGÓGICO E O PERFIL DO CURSO RI/UFSC

Com o objetivo de agregar à pesquisa informações correlacionadas a formação do egresso, objetivos pedagógicos e o perfil do curso, foram entrevistados 9 professores atuais do curso de RI /UFSC que fizeram parte da formação inicial do curso e professores que foram contratados (via concurso público) em períodos posteriores. Algumas entrevistas foram feitas presenciais, outras através de vídeos conferências e outras através de ligações via celular.

As perguntas colocadas a todos os professores foram centradas no tema: “ Os impactos das competências técnicas e áreas de campos profissionais dos egressos do curso RI/UFSC para a inserção ao mercado de trabalho.”

Através desses dados coletados pelas entrevistas, foi possível conhecer o processo de formação dos egressos dentro do projeto pedagógico, sua evolução e o direcionamento ao mercado de trabalho.

De uma forma unânime, os professores entrevistados concordaram que o Projeto Pedagógico do curso da UFSC mantém seu enfoque de ensino voltado para os debates, reflexões e análises do contexto das dinâmicas do mundo internacional. Enfatizaram que a universidade pública não objetiva a formação de um aluno como nas universidades privadas ou seja, o objetivo das universidades públicas é formar pessoas com um alto nível de reflexão, seguindo a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) para o ensino superior e o projeto pedagógico desenvolvido com o perfil acadêmico, gerando assim conhecimento aprofundado através de uma plataforma mais teórica. Todavia, é observado que as universidades privadas tem como objetivo formar pessoas com um olhar mais técnico, com foco no mercado de trabalho. Seguindo o relato do corpo docente, seria importante ressaltar que o curso RI/UFSC não é um curso técnico, é um curso acadêmico de nível superior embasado em teorias críticas com um foco mais reflexivo objetivando formar profissionais multidisciplinares e generalistas na área de relações internacionais e assim podendo seguir um caminho profissional mais diversificado entre os 3 setores.

Entretanto, segue um consenso entre o corpo docente que o curso de RI/UFSC carece de um olhar mais voltado para o mercado de trabalho e as novas demandas da profissão. Segundo o Coordenador atual do curso de RI/UFSC Professor Daniel Ricardo Castelan, “ é de grande relevância olhar para o mercado de trabalho, assim como para a formação cidadã. Como as áreas de atuação profissional e o mundo em si estão sempre mudando, é necessário atualizar continuamente o projeto pedagógico para mantê-lo em linha com o que a sociedade necessita como formação, tanto no aspecto da cidadania como no de inserção profissional”.

É importante indicar como o Projeto Pedagógico RI/UFSC apresenta as áreas de atuação e foco de formação e estudos do ingressante, bem como as expectativas dos resultados pretendidos e a serem alcançados dos egressos no final do processo do curso de graduação.

Segundo o Projeto Pedagógico:

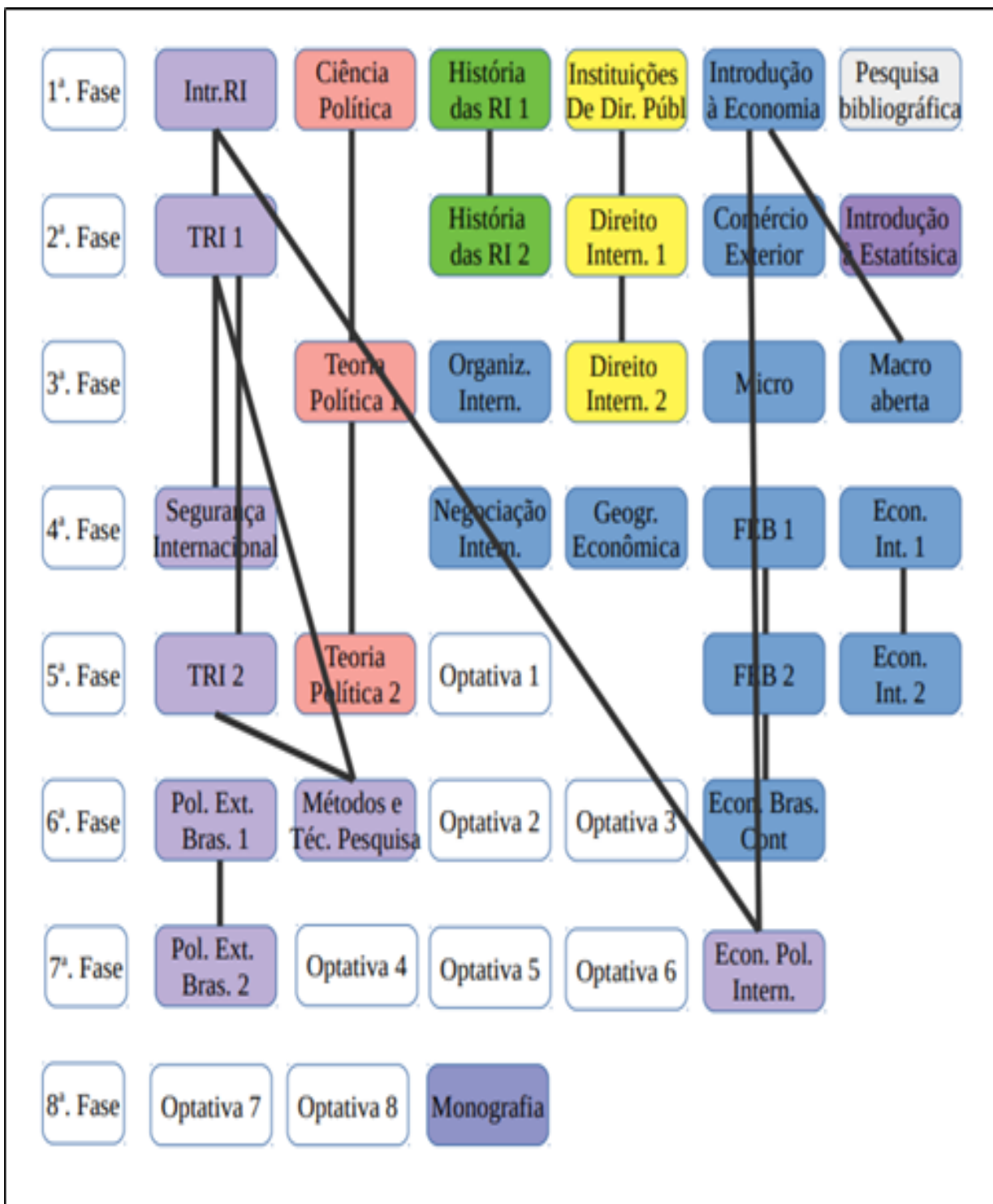
“Para o **ingressante RI/UFSC**: Espera-se que o ingressante ao curso tenha como interesse de estudo fenômenos ligados aos processo macro políticos e macroeconômicos das Relações Internacionais e o curso terá como pressuposto uma formação prévia na áreas de política, história, geografia, línguas e filosofia”.

“Para o **egresso RI**: “É desejável que aluno egresso domine os princípios básicos das teorias das Relações Internacionais, com ênfase nas análise de fenômenos econômicas internacionais, e sendo capaz de produzir análises consistentes em comércio exterior, participar de negociações internacionais e formular projetos tanto no âmbito governamental, como das organizações não governamentais internacionais”.

Absorção no mercado de trabalho: As pretensões de atuação do egresso no mercado de trabalho também é explicitado na citação dos nichos e segmentos de atuação profissional pelo Projeto Pedagógico: “O egresso do curso de relações internacionais poderá trabalhar em agências governamentais, em empresas privadas ou públicas e em organizações internacionais. Há uma demanda crescente por profissionais que atuem na áreas de negociações internacionais o que requer habilidades específicas o que exige uma formação do nível superior que englobe política, economia, história, direito, filosofia e estratégias de negociação. A absorção no mercado de trabalho do egresso do curso de relações internacionais da UFSC estará prioritariamente relacionado às demandas do mercado de trabalho que envolve problemas relacionados às relações econômicas internacionais.

A Partir do projeto inicial, o corpo docente inaugurou o curso com uma linha mais voltada para estudos acadêmicos, sobre pensamento político econômico, com uma grade voltada para o conhecimento dos debates das relações internacionais, com ênfase na economia Internacional.

Quadro 2: Matriz curricular do curso RI/UFSC



Fonte: Coordenadoria do Curso de Graduação em Relações Internacionais/UFSC

4 O EGRESSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE EGRESSOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lessa (2005) afirma que desde a criação dos cursos de RI pela Universidade de Brasília, a área pouco evoluiu até o fim da década de 1990, quase 30 anos depois, fixando-se nas disciplinas e temas diretamente vinculadas à área, mas deixando de lado, outros temas, atividades e possibilidades para a evolução do curso.

Assim, por algum tempo, a valorização da formação em RI demorou um pouco, tendo se acelerado no final da década de 1990 com a internacionalização do país, que buscava na atuação internacional fortalecer o desenvolvimento nacional e conquistar mercados e respeito no exterior (JULIÃO, 2012).

De qualquer forma, o aumento da oferta no âmbito público representa um fenômeno significativo para a área, sugerindo tanto sua viabilidade enquanto uma graduação específica de nível superior quanto o convencimento do Estado da importância do investimento nessa nova formação. Além disso, a presença deste curso em instituições públicas favorece a construção de espaços para o desenvolvimento de pesquisa especializada em virtude da própria dinâmica das universidades, fato este que contribui sobremaneira para a qualificação do debate acadêmico e da produção brasileira de RI. (JULIÃO, 2012, p. 44).

De acordo com Julião (2012), a área de RI tem muito a oferecer em relação a eventos de caráter econômico, político, social ou culturais que deram grande impulso ao desenvolvimento do país, principalmente no tocante a política externa e aos rumos que se inter-relacionam diretamente com a necessidade de profissionais que sejam capacitados para as negociações, análises e tomadas de decisões do que possa advir.

De acordo com Lessa (2005), apesar do aumento dos cursos de bacharelado em Relações Internacionais e da consolidação de um mercado de trabalho, era ainda havia espaço, àquela altura, para iniciativas de promoção e divulgação:

Nesse sentido, a observação geral a ser feita é que o mercado de trabalho para bacharéis e pós-graduados em Relações Internacionais já é uma realidade, ao contrário do que acontecia nos anos 70 quando a UnB criou o

primeiro curso e teve que investir energias importantes em divulgar o perfil do egresso e em convencer os potenciais empregadores a empregá-lo. Pode-se afirmar que o mercado tem bom tamanho, comporta múltiplas possibilidades para a organização criativa de carreiras e pode ser expandido – mas isso ainda depende, em grande parte, do comprometimento das instituições de ensino com a divulgação do curso e do perfil do egresso (LESSA, 2005, p. 48).

Na visão desse autor, que leciona na Universidade de Brasília, a grande absorção do profissional que se forma nos cursos estaria concentrada na capital do país, ainda que a formação, considerada versátil dentro das Ciências Humanas, “teria, potencialmente, muitas possibilidades de se inserir profissionalmente no mercado de trabalho” (LESSA, 2005, p. 48).

Vasconcelos (1999), escrevendo em 1999, identificava um sentimento de ‘insegurança’ no egresso de RI, que ele atribuía à grade curricular dos cursos, já que o bacharelado em RI não teria a pretensão de formar alunos com habilidades específicas, mas sim um profissional com conhecimento amplo como são as próprias relações internacionais, em linha com o diagnóstico de Miyamoto (2003), que prefere utilizar o termo ‘dúvidas’:

Dúvidas dessa natureza não eram apenas dele, mas de grande parte de seus colegas que freqüentam os cursos de Relações Internacionais, como ficou bastante claro nos debates ocorridos no V Encontro entre Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do Conesul, realizado em Brasília, em outubro de 1999 (bem como em qualquer seminário sobre o assunto), vistos por centenas de estudantes de várias faculdades do país (MIYAMOTO, 2003, p. 104).

Apesar de haver uma desconfiança quanto à atuação profissional pós formatura, em geral muitos autores acreditavam, na virada da década, que o país ainda não tinha quantidade suficiente de profissionais para atender todas as necessidades do mercado, havendo espaço para a expansão dos cursos, como apresentado por Lessa:

O aumento do número de postos de trabalho no setor privado permanece como a grande promessa da área. É fato que muitos bancos, indústrias de grande e médio portes e empresas do setor de serviços (turismo, exportação e importação, consultorias etc.) têm atraído para seus quadros profissionais com formação em Relações Internacionais, especialmente por meio dos programas de trainees que recrutam jovens egressos de diversas áreas, mas este caminho ainda tem de ser trabalhado com atenção (LESSA, 2005, p. 49).

A mesma linha de raciocínio era desenvolvida por Miyamoto, que aponta outras instituições que precisam também da atuação do profissional de RI, como empresas públicas e privadas com departamentos para assuntos internacionais (entidades representativas do comércio e indústria, poderes municipais e estaduais, empresas estatais, entre outras). Na esfera Federal, por exemplo, a Assessoria de Relações Federativas (ARF), subordinada diretamente ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores, é o de intermediar as relações entre o Itamaraty e governos e entidades públicas de estados e municípios brasileiros, “assessorando-os em suas iniciativas externas, tratativas com governos estrangeiros, organismos internacionais e organizações não-governamentais” (MIYAMOTO, 2003, p. 105).

Diferentes carreiras de Estado foram organizadas ao longo dos anos 90 com o objetivo de atrair quadros para a atuação direta na formulação de políticas públicas com repercussão internacional, rompendo o monopólio da carreira diplomática nesses assuntos. Assim, as carreiras de analista de comércio exterior (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), de analista de finanças e controle e de especialista em políticas públicas e gestão governamental (Ministério do Planejamento), de analista de informações e pesquisador (Agência Brasileira de Inteligência), entre outras, possuem grandes atrativos para os profissionais recém-formados, tanto pela remuneração e estabilidade, quanto pelo fato de oferecerem a possibilidade de atuação na área de Relações Internacionais. Além da administração direta, as agências reguladoras, criadas ao longo da segunda metade dos anos 90, também possuem estruturas de cooperação e assessoria internacional e oferecem carreiras estruturadas (LESSA, 2005, p. 47-48).

As organizações internacionais que atuam no país (ou têm representação) também absorvem o egresso dos cursos de Relações Internacionais, a gestão de projetos em vários órgãos governamentais, as embaixadas e consulados também buscam profissionais formados para completarem seus quadros, já que estes conhecem a realidade nacional e podem trazer uma visão global às políticas e negociações internacionais.

Ainda assim, Almeida (2006) acredita que de fato existiam postos de trabalho para o egresso, em diferentes nichos de mercado, mas sustentava não haver uma carreira específica de RI. Em contrapartida, Lessa (2005) destaca o terceiro setor e a carreira acadêmica como grandes recrutadores com crescimento bem satisfatório para o profissional de RI, o primeiro porque assumiu funções de intermediação com órgãos internacionais de financiamento principalmente, e a segunda opção porque o ensino de graduação tem aumentado no país e as exigências para novos cursos

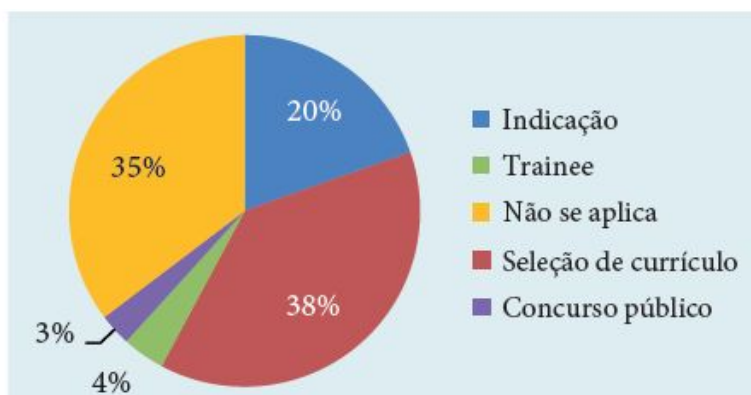
demandam professores, no mínimo, especialistas, mas mestres e doutores também devem fazer parte do efetivo. Para o autor, o mercado de trabalho para o egresso dos cursos de RI é promissor, contempla múltiplas possibilidades, inclusive a organização criativa de suas carreiras, e que depende também das instituições a divulgação do perfil do profissional que ela está disponibilizando no mercado.

O profissional formado no novo curso poderia vislumbrar uma carreira peculiar que se desenvolveria no aparelho de Estado e nas interfaces externas das economias do setor público e do privado. Exerceria funções novas, todas decorrentes do novo perfil internacional que o Brasil rapidamente assumia: participar e apoiar os programas de expansão do comércio exterior nas diferentes agências governamentais que possuíam então interfaces com o assunto (ministérios das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia). Atuaria na estruturação dos programas de apoio ao crescimento do setor estatal da economia, (indústrias energética, siderúrgica, química, de equipamentos etc.), além de agir nas relações do setor público com o privado nas áreas que também se dedicavam à internacionalização de suas atividades, como os serviços (a exemplo da construção civil) (LESSA, 2005, p. 36).

Lessa (2005) explica que uma lacuna em relação a RI é de que ainda não foi formatado um perfil profissional que possa atender a demanda de funções operacionais que estivessem habilitados a responder pela operacionalização de comércio exterior, administrando com o conhecimento de técnicas que envolvam tarifas, despacho aduaneiro, entre outros.

Ribeiro *et al* (2013), em pesquisa, constatou que os egressos dos cursos de RI têm conseguido seu primeiro emprego após a seleção de currículos e relata que a instituição de ensino tem grande responsabilidade na divulgação não só do curso, mas também do perfil do profissional que está oferecendo ao mercado.

Gráfico 3: Primeiro emprego pós formatura – forma de obtenção

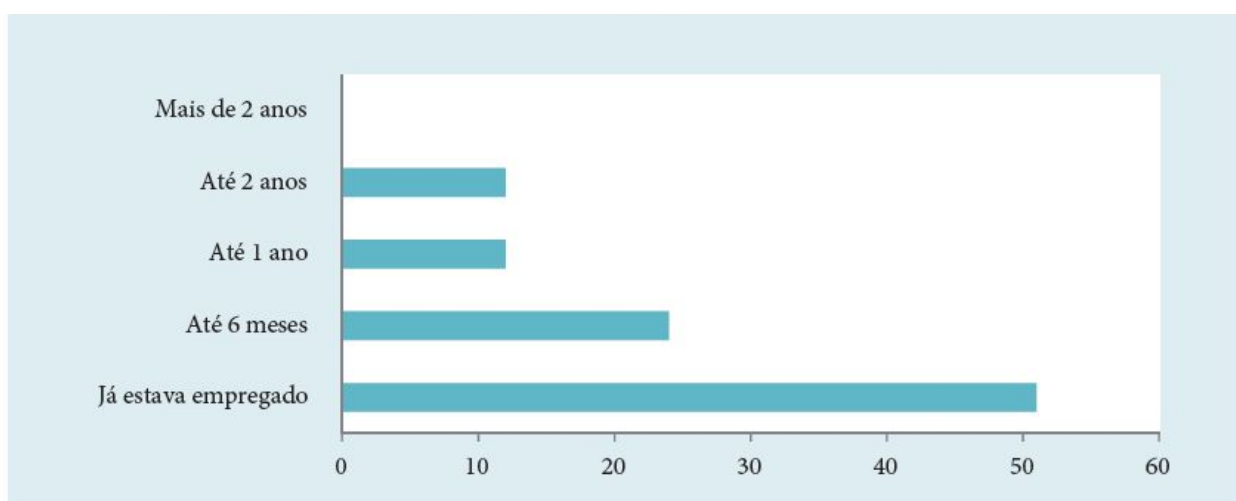


Fonte: Ribeiro et al (2013)

De acordo com Ribeiro *et al* (2013), uma parcela significativa dos egressos já trabalhavam na área durante o período do curso, destacando que o número de estágios realizados também foi alto, concluindo que aproveitaram o próprio trabalho para incluir a carga horária do curso.

Nesse sentido, a realização de estágio profissional durante a graduação é um importante elemento na inserção posterior do profissional no mercado de trabalho. Assim, formas de incentivo a essa prática, como a organização de feiras de estágio, a divulgação e a agilidade dos procedimentos burocráticos, são papel decisivo das instituições de ensino superior na facilitação da inserção do bacharel em relações internacionais no mercado de trabalho. De uma maneira geral, a alocação do egresso de RI no mercado de trabalho não é muito demorada, tendo parcela muito significativa dos egressos obtido emprego até 6 meses após a formatura (RIBEIRO et al, 2013, p. 14).

Gráfico 4: Tempo gasto após formatura para conseguir emprego



Fonte: Ribeiro et al (2013)

Do montante, 29%, segundo Ribeiro *et al* (2013) afirmaram não estar empregados, número considerado alto, mas é preciso que se pondere no caso de profissionais que estão na pós-graduação e recebem bolsa não têm permissão para ter vínculo empregatício. Ainda, de acordo com a pesquisa dos autores, a grande concentração de egressos de RI em situação de empregabilidade está no Estado de São Paulo e Brasília, com a cifra de 83% dos egressos, com um pouco menos para o Rio de Janeiro, formando uma triangulação entre dois maiores centros urbanos do país e a Capital Federal, centro do poder político.

Miyamoto (2003) afirma que existem grandes expectativas sobre o profissional de RI, sendo que entre elas está a de ser um profissional voltado para a excelência, ter domínio completo dos referenciais teóricos, aptidão para entender, interpretar e lidar com as grandes mudanças (repentinamente ou não) e aliar ao conhecimento da prática, adquirida durante no período acadêmico, com atividades extracurriculares, estágio, ou mesmo já trabalhando na área durante o curso.

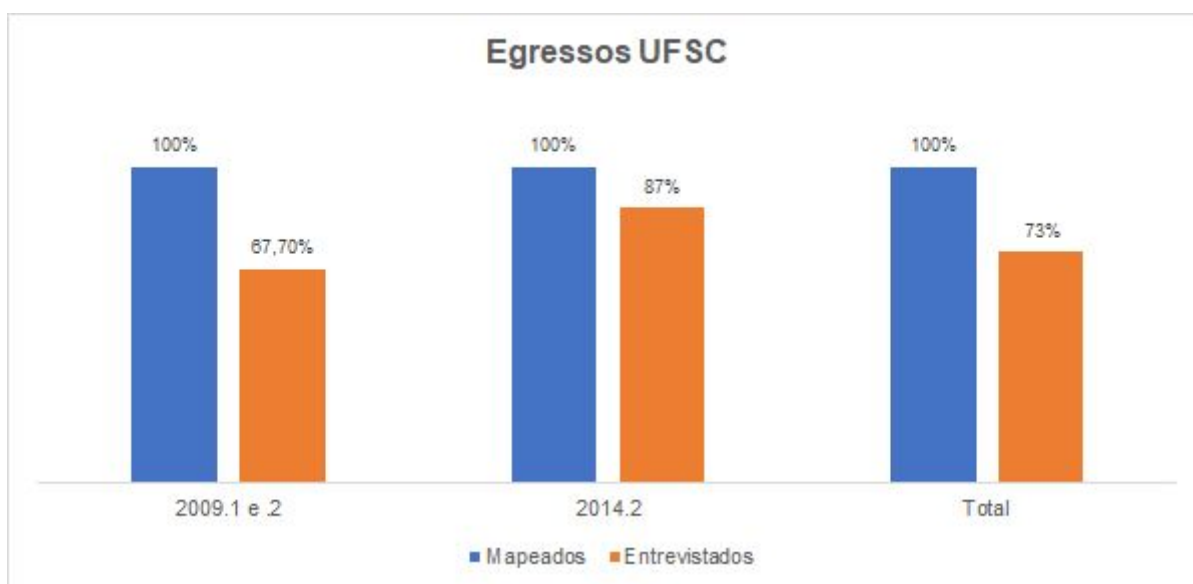
4.2 O EGRESSO RI/UFSC: UM PERFIL SUBJETIVO

Nesta seção apresentamos os resultados da pesquisa primária realizada para esta monografia, conforme apresentado anteriormente.

A realização deste projeto de pesquisa só foi possível graças à generosa colaboração dos egressos das duas turmas inaugurais do curso de RI/UFSC 2009.1, 2009.2 e a turma 2014.2 que gentilmente aceitaram participar das entrevistas, fornecendo um rico conteúdo sobre as expectativas com o curso, desde o período inicial da graduação até o término do curso.

Em uma população mapeada de 85 egressos, sendo 62 das turmas 2009.1 e 2009.2 e 23 da turma 2014.2, foi possível entrevistar 62, ou 72,94%. Foi aplicado uma dinâmica de entrevista com 31 perguntas, sendo 18 múltiplas escolhas e 23 abertas. Nesse processo de perguntas e respostas, cada egresso pode adicionar ao seu relato sua história pessoal vivida em todo processo desde a escolha do curso até a chegada ao mercado de trabalho (Lista de perguntas em Anexo 1).

Gráfico 5: Número de egressos entrevistados parcial e total



Fonte: elaboração própria

Na evolução desta pesquisa, foram destacadas características comuns ou majoritárias nos egressos, que possibilitasse estabelecer um perfil subjetivo deste grupo no que refere a suas expectativas sobre o curso. Relatadas individualmente, cada egresso pôde, através do seu depoimento, retomar sua visão e sentimentos iniciais e que surgiam à memória nesse período, para assim desenhar seu perfil como egresso em Relações Internacionais pela UFSC, com suas expectativas sobre o curso e atuação profissional.

Quando questionados sobre se o curso teria sido a primeira opção, 86% dos entrevistados afirmaram que “sim”, tinham como primeira opção o curso de RI. A justificativa, para a maioria, era um senso de identificação com as disciplinas ofertadas no curso, como história, geopolítica e temas relacionados com a Relações Internacionais. No entanto, alguns afirmaram ter uma visão romantizada do curso no início, da mesma forma como retrata Ventura (2014) em sua pesquisa. Entretanto, 96% desses egressos afirmaram desconhecer totalmente à época o objetivo do curso e o perfil do graduado, consolidando um desconhecimento do processo de formação de toda a graduação.

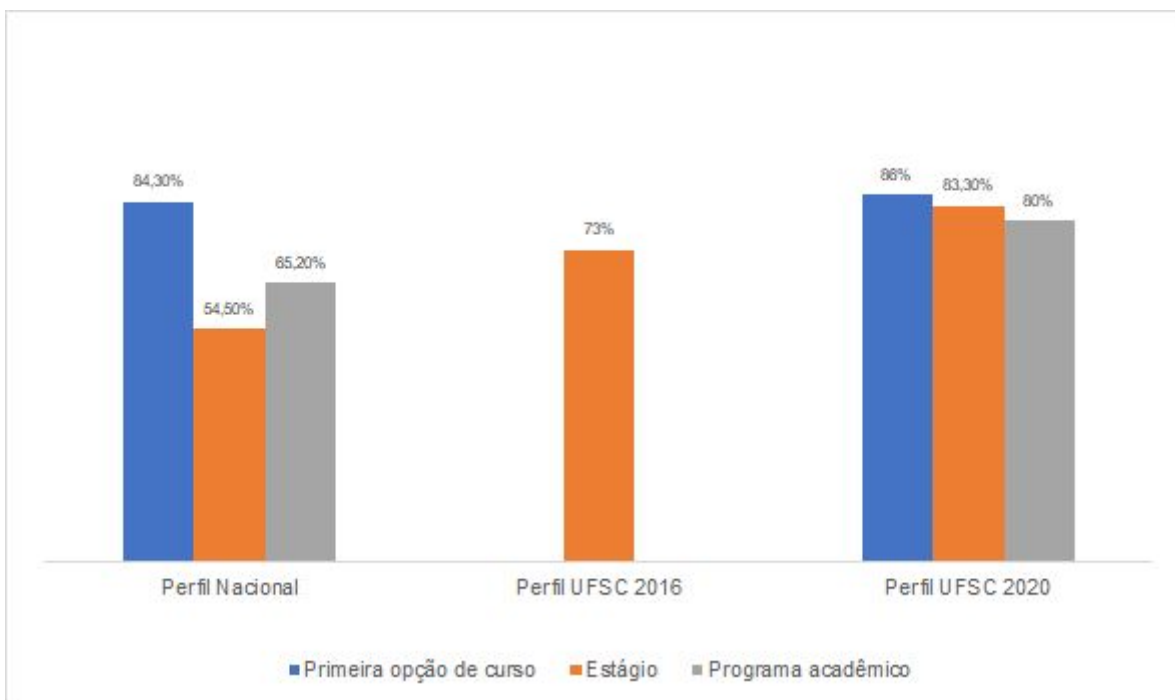
Em seguida, perguntamos ao egresso como ele definiria, no início do curso, um profissional de relações internacionais, e também indagamos se ele conhecia as ementas do curso e seus objetivos. Em sua grande maioria os egressos responderam que à época desconheciam totalmente as informações, apesar de ter

escolhido em sua grande maioria como primeira opção de curso. Todavia, os egressos afirmaram que acreditavam também que a profissão teria uma grande ascensão no Brasil pois na época, a economia vivia uma acelerada inserção internacional e tudo indicava uma grande possibilidade profissional em qualquer área do setor público, privado ou terceiro setor. Essa alta expectativa, deve-se destacar, estava em linha com o sentimento no início do curso, 2009, sobre o Brasil e a economia em geral.

A informação de que os egressos tinham o curso como primeira opção no vestibular é também confirmada na pesquisa desenvolvida pelos professores Fernando Seabra, Lara Leite e Filipe Dias (2016) sobre o “Primeiro egresso do curso de RI/UFSC”. Seguindo as confirmações do perfil do egresso com a pesquisa já citada, uma grande maioria participou de projetos acadêmicos, os quais causaram um impacto relevante no desempenho do trabalho, seguido também na participação de estágio que posteriormente favoreceu para alguns a efetivação pós formados.

Relevante ressaltar que uma grande maioria dos egressos entrevistados expressaram ter enfrentado dificuldades em encontrar estágios direcionados à área de relações internacionais, acreditando também que o curso deveria oferecer estágios obrigatórios ou direcionado com a profissão, pois assim se sentiriam mais conectados com a profissão de RI. Caberia aqui ressaltar que esse tema é polêmico entre o corpo docente atual, conforme aferido em entrevistas realizadas com docentes do curso. Em entrevista, o Coordenador de Estágios do curso afirmou que não considera desejável, neste momento, tornar o estágio obrigatório, pois entende que a troca de informações que ocorre quando o estudante procura o estágio é rica para sua formação. O Coordenador do Curso, por sua vez, reconhece a carência de estágios na área específica de relações internacionais no município, e por essa razão também considera que dificilmente seria possível tornar o estágio obrigatório. Afirma, além disso, que uma supervisão mais próxima do corpo docente junto ao estágio poderia enriquecer o aprendizado decorrente dessa prática.

Gráfico 6: Perfil do egresso: 1º opção de curso, estágio e programa acadêmico/ Dados coletados da pesquisa Nacional do perfil do egresso do curso RI no Brasil e pesquisa do perfil do egresso de RI/UFSC.



Fonte: elaboração própria

4.3 O PERFIL DO EGRESSO PELO EGRESSO

Como forma de buscar compreender o perfil do egresso no ponto central da sua expectativa com o curso, foi perguntado ao egresso acerca do início do processo de formação: Qual era a sua **expectativa inicial com o curso** em relação ao mercado de trabalho para bacharéis em RI? As respostas foram entre a sua grande maioria uma “alta expectativa” no início da sua formação, sustentada também, segundo relatos dos egressos, em um otimismo por parte dos docentes que relataram grandes possibilidades de inserção no mercado de trabalho na área de RI após a formatura. É importante reafirmar que, naquele período (2009), o Brasil passava por um pujante e crescente desenvolvimento econômico nas relações, cooperações e negociações entre o Brasil e o mundo, e portanto era comum a inflação geral de expectativas para profissionais que atuassem na área de relações

internacionais como destaca o Professor Jaime Coelho no seu depoimento sobre o período da formação do curso.

Os entrevistados também relataram ter grande confiança naquele momento inicial por também estarem em uma universidade pública bastante conceituada. Sendo que para os egressos, a soma de uma boa universidade com um bom curso já seria o suficiente para uma inserção imediata no mercado de trabalho.

Seguindo os relatos dos egressos, foi possível perceber que ao longo da sua trajetória cada egresso passou por um processo de atualização das expectativas iniciais. Através dos relatos, foi observado que um elevado número de egressos, cerca de 68%, consideravam ter expectativas superestimadas no início da graduação descrevendo portanto uma frustração ao final por perceberem que o curso não correspondia àquilo que acreditavam no início da graduação. Neste grupo específico observou-se também que, entre suas expectativas iniciais, constava um intenso desejo de atuar no setor público, privado ou ainda no terceiro setor. Assim, no decorrer do curso muitos egressos relatam uma frustração crescente, por não conseguirem relacionar as disciplinas com seus objetivos profissionais iniciais. Segundo alguns relatos dos citados egressos “não conseguiam ver naquele universo de disciplinas o que fariam com elas, tudo era importante porém nada era coerente com o que imaginavam para se obter habilidades na profissão pois não tinha como correlacionar”. Para este grupo de egresso foram confirmadas suas frustrações quando perguntado sobre “Qual o impacto no desempenho profissional dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de RI?”, em sua grande maioria, relataram ter um baixo impacto acerca do seu desempenho profissional.

No entanto, outra parcela menor de egressos, cerca de 32%, afirmaram que suas expectativas sobre o curso se mantiveram durante toda a graduação, convergindo o com a proposta do curso e com o que acreditavam no início. Para estes, a associação das disciplinas era coerente com seus anseios profissionais, não encontrando qualquer discordância com as disciplinas ofertadas em todo o seu período de graduação. Cabe destacar, entretanto, que este grupo específico demonstrou um desejo inicial na atuação profissional direcionado para a academia, lecionando ou seguindo com pesquisa. Para estes egressos, no seu relato foi confirmado uma expressiva menção satisfatória em todo o seu processo de graduação, confirmado com sua resposta quando perguntado: “Qual o impacto no

desempenho profissional dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de RI?”. Neste momento destacamos um relato relevante de um egresso que ilustra essa afirmação: “... como acreditava que seguiria em carreira acadêmica, já sabia da grande carga literária na graduação o que foi muito importante e necessário para um mestrado e doutorado”.

Convém relatar que para estes egressos, uma grande maioria ainda segue no processo acadêmico em educação continuada cursando mestrado, doutorado ou preparatório para a diplomacia.

É importante ressaltar que na pesquisa o fator socioeconômico mostrou-se muito importante quando abordado, não somente para a evolução do egresso, mas também para a entrada e permanência no curso. Este fator foi destacado de uma maneira negativa entre os egressos com um perfil econômico vulnerável que observaram pelo fato de serem oriundos de uma carência intelectual advinda de sua classe social econômica, houve uma grande percepção prejudicial para estes no seguimento da graduação, os levando ao um sentimento de discriminação e exclusão acadêmica.

Acrescentando a este tema referente ao fator socioeconômico, um relato que caberia aqui destacar de um egresso que nunca havia saído sequer da sua cidade e Estado. Para este estudante, o primeiro grande deslocamento foi vir para Santa Catarina estudar em Florianópolis. Em seu relato, o egresso demonstrou grande tristeza e constrangimento frente aos demais, pois quando questionado pelos colegas sobre viagens e intercâmbios internacionais, como não havia tido qualquer oportunidade prévia ou mesmo durante curso, esse era um tema de grande constrangimento. Em sua avaliação, tal oportunidade teria sido decisiva para sua formação. Outro egresso acreditava que, tendo vindo de escola pública, não poderia ter as mesmas chances de desempenho no curso, pois sua formação prévia não lhe colocava em igualdade com colegas oriundos de escolas particulares. Foi marcante para este egresso perceber sua carência de conteúdo da educação básica, e enfrentar as dificuldades de formação que essa carência lhe colocaria. Esse fator distanciava o aluno de obter índices de aproveitamento (IA)¹¹ compatíveis para

¹¹ Informação disponível em: <http://portal.estagios.ufsc.br/certificado-de-desempenho-academico/>

pleitear algumas bolsas de estudos ou até mesmo estágios/monitorias acadêmicas. Neste momento destacamos um relato relevante de um egresso que ilustra essa afirmação: "...não é fácil estar na sala e ver seus colegas debaterem temas com os professores os quais nunca tinha visto antes, e que para muitos, era assunto corriqueiro".

Entretanto em dissimetria, aqueles que declararam melhores condições econômicas avaliaram de forma mais positiva seu desenvolvimento no curso pois para estes a possibilidade de terem sido financiados pela família em toda a sua formação educacional proporcionando intercâmbio, formação em cursos de idiomas e seguindo com a manutenção da sua graduação possibilitando a sua permanência sem a necessidade de estágio como fonte de renda para o custeio com alojamento e alimentação (sabendo que o curso recebe uma grande parcela de ingressantes oriundos de vários municípios de SC).

O fator socioeconômico seguiu sendo relevante no desenvolvimento do egresso, pois esse fator também mostrou ser decisivo e alavancador na possibilidade da busca de oportunidades de emprego ou curso de pós-graduação em outros estados ou mesmo países, melhorando assim seu currículo.

Foi possível observar esses dados relativos à questão socioeconômica através do Relatório de Curso Relações Internacionais/UFSC-INEP/MEC onde foram utilizados dados extraídos do ENADE 2018. A caráter de observação dos dados é interessante analisar o quadro extraído do relatório citado referente aos dados de cor e raça e renda familiar.

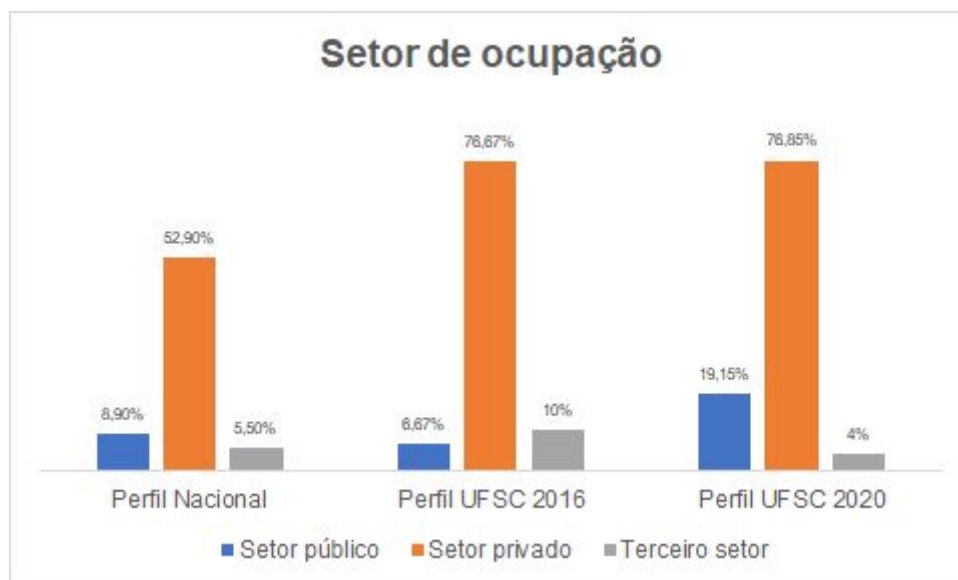
Quadro 3: Indicadores sócio econômico. Relatório de curso RI/UFSC

Questão	Resposta	Curso		UF		Região		Cat. Adm.		Org. Acad.		Brasil	
		Nota Média	%	Nota Média	%	Nota Média	%	Nota Média	%	Nota Média	%	Nota Média	%
Q2 - Qual é a sua cor ou raça?	Branca.	54,4	82,9	48,4	85,2	46,2	78,1	53,0	66,0	50,4	68,3	47,9	68,6
	Preta.	55,4	8,5	52,4	4,4	44,6	3,7	48,9	8,8	47,8	7,9	46,3	7,1
	Amarela.	74,2	1,2	74,2	0,5	40,6	0,8	50,1	1,3	48,9	1,3	46,0	1,7
	Parda.	46,4	4,9	48,7	7,9	42,3	12,6	48,5	19,0	47,4	18,7	46,0	19,0
	Indígena.	-	0,0	-	0,0	44,5	0,3	48,7	0,2	48,7	0,1	44,5	0,2
	Não quero declarar.	48,3	2,4	52,2	2,0	44,8	4,4	48,8	4,6	48,1	3,6	47,4	3,5
Q8 - Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?	Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.431,00).	48,2	12,2	45,9	11,8	40,9	15,1	46,5	13,9	45,7	13,8	44,5	13,0
	De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.431,01 a R\$ 2.862,00).	53,4	11,0	48,4	20,7	43,5	17,1	48,9	14,7	47,4	14,2	45,3	14,6
	De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.862,01 a R\$ 4.293,00).	47,7	15,9	45,9	17,7	42,5	19,2	50,1	16,3	47,7	17,5	45,3	17,8
	De 4,5 até 6 salários mínimos (R\$ 4.293,01 a R\$ 5.724,00).	59,6	11,0	54,8	8,4	46,0	10,3	52,4	13,6	50,6	13,2	47,8	13,2
	De 6 até 10 salários mínimos (R\$ 5.724,01 a R\$ 9.540,00).	55,0	13,4	48,4	15,3	48,1	17,7	53,2	19,7	50,8	20,0	48,9	18,8
	De 10 até 30 salários mínimos (R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00).	58,8	29,3	52,3	21,7	51,1	16,7	55,3	19,4	52,9	18,3	50,8	18,2
	Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 28.620,00).	51,8	7,3	44,3	4,4	49,7	3,9	57,9	2,4	53,4	3,0	49,2	4,4

Fonte: INEP/MEC

Ao serem questionados sobre o tempo transcorrido entre a formatura e a conquista do primeiro emprego, 88% dos entrevistados afirmaram ter levado entre 6 meses e 1 ano. Entretanto, é importante destacar o elevado número de egressos trabalhando no setor privado com vendas ou marketing. Para esses, a ocupação atual não se relacionava com o curso de graduação. Entretanto, a grande maioria dos egressos entrevistados afirmou que o curso teve grande importância na suas vidas, construindo habilidades subjetivas através do conhecimento acadêmico, levando a um diferencial competitivo na busca do trabalho. Foi possível encontrar egressos em funções laborais em várias empresas, sendo estas nacionais e internacionais de pequeno a grande porte, todavia não conseguiram visualizar suas funções como sendo correlacionadas a sua graduação de RI.

Gráfico 7: Setor de ocupação



Fonte: elaboração própria

CONCLUSÃO

A graduação do curso de Relações Internacionais da UFSC, teve como objetivo inicial formar profissionais que pudessem integrar um futuro pujante que se vislumbrava para um crescimento econômico do país naquele momento. Entretanto, foi observado que apesar do aumento na oferta do curso de RI no Brasil ainda paira um desconhecimento tanto do egresso em relação ao seu perfil profissional no campo das RIs, quanto do mercado de trabalho em reconhecer esse profissional com suas habilidades e as correlatas a sua formação.

No processo de pesquisa conduzido na monografia, através de entrevista com os egressos da primeira turma de RI ano 2009.1 e 2009.2 e a turma a qual fiz parte ano 2014.2, foi possível conhecer melhor a expectativa inicial de cada egresso, que relatou com grande emoção que acreditava ser possível uma inserção laboral como um profissional na área das Relações Internacionais ou correlata a ela.

Nos cursos de Relações Internacionais, diferentes autores afirmam haver uma certa crise identitária, conforme colocado por Miyamoto (2003): “a grade curricular multidisciplinar do bacharelado em RI não forma alunos com habilidades específicas, como a maioria dos cursos universitários”. Em geral, muitos afirmam que a ‘crise identitária’ talvez resulte de uma falta de maior clareza e visibilidade do Projeto Pedagógico, que permitiria a consolidação de uma consciência e visão de futuro do egresso. Essa crise identitária ficou visível nas entrevistas, nas quais o egresso revelou sua visão sobre o curso. Isso ocorre apesar da existência de diferentes normativas que buscam especificar os objetivos e diretrizes dos diferentes níveis da Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – de 1996, que estabelece que uma das finalidades da educação superior é “formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, *aptos para a inserção em setores profissionais* e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.” (Lei n. 9394, art. 43 II, grifo nosso).

Inicialmente esta visão se dá de uma certa forma, romantizado pelo imaginário enquanto ingressante, com a possibilidade de ascender em carreiras internacionais como ONU, internacionalização de empresas, comércio exterior, ONGs internacionais, etc.. Nessa visão romantizada, o curso os levaria diretamente a tais postos de trabalho, visceralmente desejados, com a sua graduação de 4 anos. A “grife” de um diploma de uma universidade federal, acrescida de um corpo

docente de grandes renomes profissionais na área, trouxe para o egresso uma afirmação positiva na sua escolha para uma profissão de um novo mercado de trabalho. Entretanto, nas entrevistas emergiu em grande parte dos egressos, uma frustração em algum momento da formação entre o decorrer do processo de absorção do conhecimento e as disciplinas aplicadas e a metodologia pedagógica utilizada no período da graduação. Assim, conforme aferido nas entrevistas, uma grande maioria não conseguiu relacionar o conteúdo do curso com as habilidades necessárias para atuar no mercado de trabalho desejado.

Em todos os momentos dessa pesquisa, foi possível perceber que para os egressos o que mais desejaram inicialmente era ascender em carreiras relacionadas às relações internacionais. No entanto, viram um desafio maior por não se identificarem com a grande erudição do curso de RI/UFSC e a *practices* profissional que não fosse a academia.

Foi possível também concluir nesta pesquisa que a Universidade Federal de Santa Catarina, na transferência da formação através do Curso de graduação de Relações Internacionais, cumpriu seu papel dentro dos objetivos das diretrizes e bases da educação nacional (LDB) para o ensino superior refletida no projeto pedagógico do curso.

Todavia, foi observado que não foi possível cruzar esses objetivos com a sinergia laboral da profissão entre um relevante percentual analisado onde as necessidades profissionais relacionadas com o mercado de trabalho para esses egressos não houve conexão, mesmo que esta pesquisa tenha encontrado uma alta empregabilidade para os formados no curso de relações internacionais no entanto, em áreas diversas.

Ao findar essa pesquisa, pude perceber uma carência específica no processo de construção da formação do profissional enquanto graduando, sendo assim deposito aqui uma centelha para futura reflexão acerca da carência relatada e também vivenciada por mim, breve egressa. A meu ver, após realizar a pesquisa, seria interessante a implementação de ferramentas que gerassem habilidades solicitadas e exigidas na atualidade do mercado de trabalho para os profissionais da área de RI e suas funções correlatas. Isso poderia ser feito com atualizações frequentes do perfil do egresso, com o propósito de aumentar a sinergia entre o mercado de trabalho e o profissional habilitado para tal. Sugiro também a criação de um programa de mentoria dirigida ao ingressante, objetivando orientar e direcionar

suas ansiedades imaturas, mas não menos importantes, no processo de travessia do amadurecimento da sua formação, colidindo com suas expectativas de um futuro profissional ansiada na sua expectativa inicial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, P. R. **O estudo das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo. Editora Unimarco, 1999.

ALMEIDA, P. R. **Profissionalização em Relações Internacionais: uma discussão inicial**.

Observatório Internacional. São Paulo, PUC (1): 13, outubro/dezembro de 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório síntese de área: Artes Visuais (licenciatura)**. Brasília: Inep, 2019.

DRI, Clarissa et al. **Experiências alternativas de ensino em Relações Internacionais: experiências de simulações e contato com atores sociais locais desenvolvidas com graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina**. Meridiano 47. Dossiê Especial sobre Desafios e Caminhos do Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais.

FELIU, Pedro, KATO, Mariana, REINER, Gary. **"Mercado De Trabalho E Relações Internacionais No Brasil: Um Estudo Exploratório"**. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies* 14 (135):10-18. <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4649>.

CERVO, A. L.; SARAIVA, J. F. S. Organizadores. **O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. P. 33-50. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

FAJARDO, Vanessa. **Guia de carreira: Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/>> G1, São Paulo. Data: 31.05.2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo da Educação Superior, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Sinopse estatística da educação superior 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

Acesso em 2/10/2020.

LESSA, Antônio Carlos. 2005a. "O ensino de relações internacionais no Brasil": In: SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), pp. 33- 50.

MAIA, Marrielle. Cenário de Cursos de Relações Internacionais Ofertados pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil: Documento técnico referente ao Produto 1

do Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1042.3. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2017.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. Revista Brasileira de Educação. **A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, p. 131-149, maio de 2000. Trimestral.

MIYAMOTO, Shiguenoli. 1999. **O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado**

Da Arte In: Revista de Sociologia e Política: Curitiba, n.12, jun., pp.83-98.

_____. 2003. **O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas**: In:Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.20, jun., pp.103–114, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. 1977. Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais: Brasília, 03 de agosto. (mimeo)

SATO, Eiiti. **Os desafios para a formação profissional no ensino de Relações Internacionais**. Palestra apresentada no V Encontro de Estudantes e Graduados em Relações Internacionais do CONESUL Brasília, 30 de outubro de 1999.

SEABRA, Fernando; LEITE, Iara; DIAS, Filipe. **Principais resultados e análises da primeira pesquisa dos egressos da graduação em Relações Internacionais da UFSC**. In: 6º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI), 6., 2017, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Anais do 6º Encontro da ABRI, 2017. p. 1-16.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da; ZAGO, Vanessa Bernardi. Organizadores. **O mercado de trabalho do profissional de Relações Internacionais: Oportunidades e desafios**. Artigo,2016.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; DEL TEDESCO LINS, Maria Antonieta. Educação superior e complexidade: integração entre disciplinas no campo das relações internacionais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 104-131, 2014.

ANEXO I

Perguntas abertas
Idade
Ano de formatura
Onde trabalha atualmente? Cidade, estado e país.
Qual cargo ocupa?
Qual o impacto no desempenho profissional dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas de RI?
Olhando para seu desempenho no trabalho, em que grau você considera que o Curso de Relações Internacionais contribui para que você tenha os conhecimentos necessários para o trabalho?
No campo do trabalho das Relações Internacionais, qual seria a sua área temática de preferência?
Enquanto estudante, qual era a sua expectativa em relação ao mercado de trabalho para bacharéis em RI?
E a coerência na realidade pós graduação?
Por que decidiu fazer RI?
Na sua opinião, qual é o grau de aceitação dos profissionais de RI no mercado de trabalho?

Fonte: elaboração própria

Pergunta múltipla escolha	Opções
Gênero	Feminino ou Masculino ou Outro
Quanto tempo transcorreu entre a sua graduação e o primeiro trabalho?	6 meses - 1 ano ou + 1 ano
Setor em que trabalha	Público ou Privado ou Acadêmico ou Terceiro setor
Caso trabalhe no terceiro, qual?	Associações ou Organizações filantrópicas ou Beneficentes/ONGs ou Fundações Privadas ou Organizações Sociais (OS)
Forma do encaminhamento ao emprego	Anúncios em jornais e websites ou Contato pessoal ou Efetivação após estágio ou Selecionado para Programa de trainee ou Outra forma
Remuneração no emprego atual	Muito bom ou Bom ou Satisfatório ou Ruim
Principal atividade desenvolvida no trabalho	Assessoria em projetos de cooperação Internacional ou Captação de recursos ou Comércio exterior (logística) ou Carreira diplomática ou Desenvolvimento de Políticas Públicas ou Analista conjuntural político e econômico ou Ensino superior ou Elaboração e gestão de projetos ou Gestão de Finanças ou Marketing ou Planejamento ou Vendas/Comercial ou Outra(s) atividade(s)
Qual é o seu grau de satisfação com relação às	Muito alto ou Alto ou Médio ou Baixo ou Muito baixo

atividades desenvolvidas?	
Qual é a sua jornada de trabalho semanal/horas?	30h ou 40h
Quais os conhecimentos e competências que influenciam nas suas funções nos trabalhos o qual você exerce?	Conhecimentos em Ciências Sociais ou Relações Internacionais e Política ou Conhecimentos em economia ou Finanças e comércio ou Capacidade de argumentação e negociação
Você tem interesse em seguir carreira na organização onde trabalha?	Sim ou Não ou Talvez
Quando era estudante do curso, você participou de alguma atividade acadêmica? Se sim, diga qual/quais	Sim ou Não
E essas atividades acadêmicas tiveram influência positiva no desempenho do trabalho?	Sim ou Não
Você realizou estágio durante o curso?	Sim ou Não
Você considera importante o estágio obrigatório?	Sim ou Não
Você encontrou dificuldade na obtenção de emprego por alguma limitação específica gerada pelo curso de RI como falta de conhecimento em áreas específicas?	Sim ou Não
Fez outra graduação?	Sim ou Não
Fez especialização? Se sim, qual?	Sim ou Não

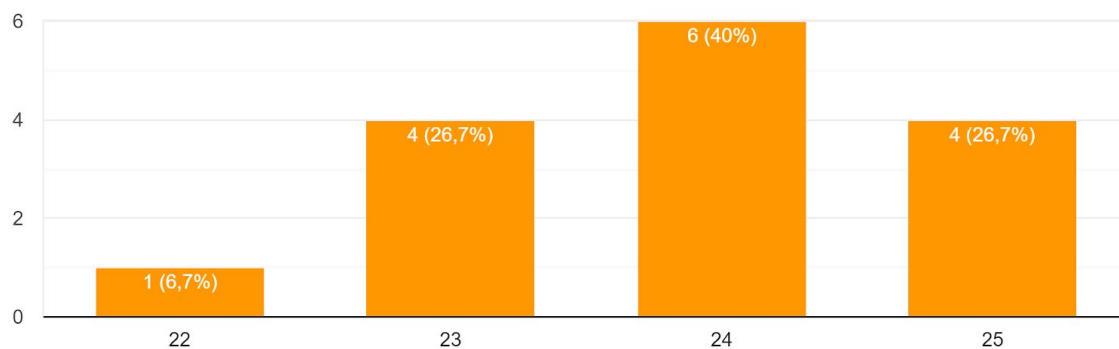
Fonte: elaboração própria

ANEXO II

Resultado da pesquisa turma 2014.2

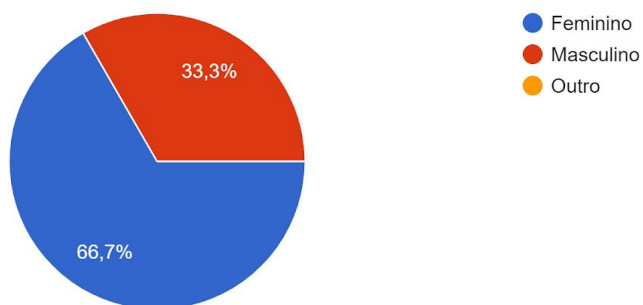
Idade

15 respostas



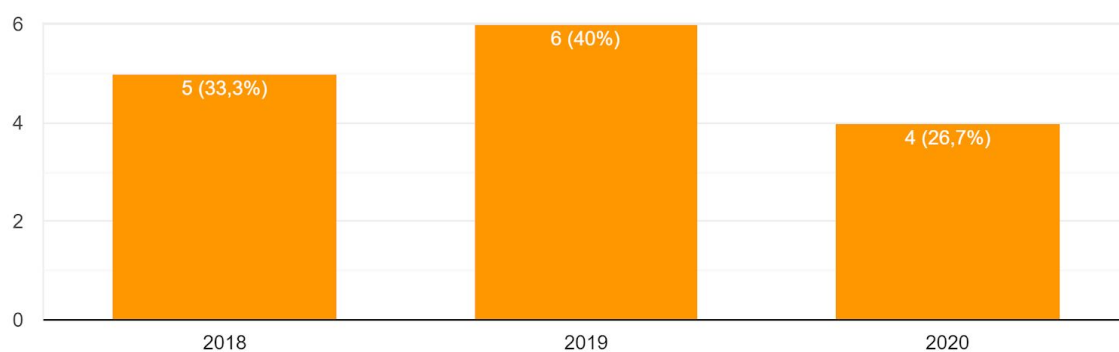
Sexo

15 respostas



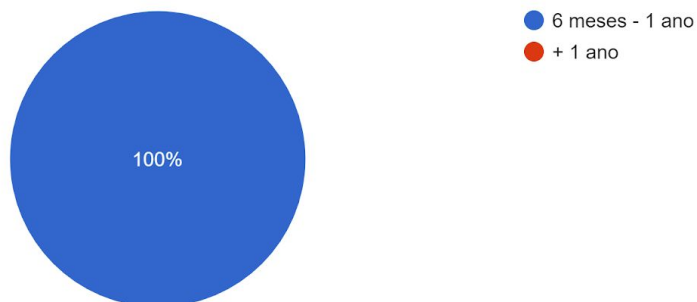
Ano de formatura

15 respostas



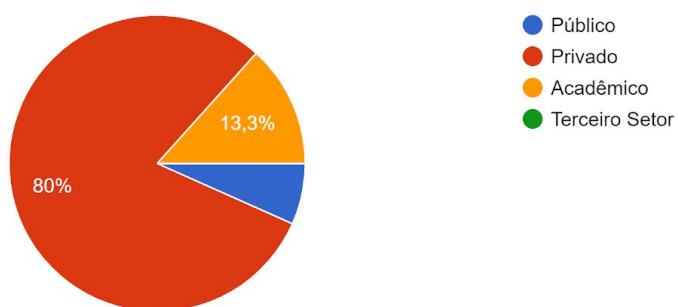
Quanto tempo transcorreu entre a sua graduação e o primeiro trabalho?

15 respostas



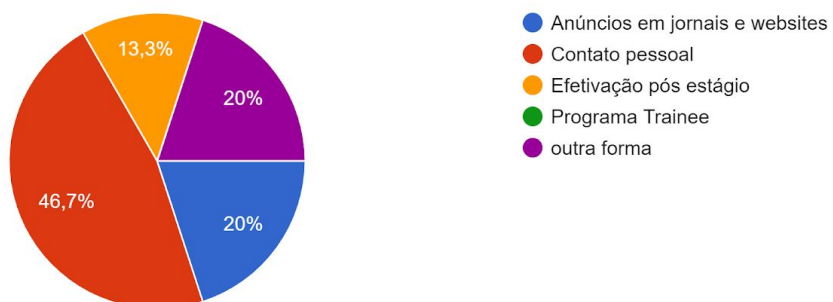
Setor em que trabalha Público/ Privado/ acadêmico/terceiro setor

15 respostas



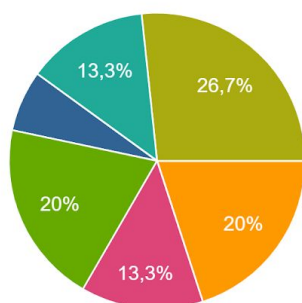
Forma do encaminhamento ao emprego?

15 respostas



Principal atividade desenvolvidas no trabalho

15 respostas

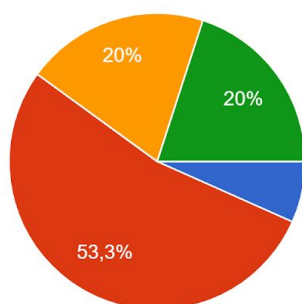


- Assessoria em projetos de cooperaçã...
- Captação de recursos
- Comércio exterior (logística)
- Carreira diplomática
- Desenvolvimento de Políticas Públicas
- Analista conjuntural político e econôm...
- Ensino Superior
- Elaboração e Gestão de Projetos

▲ 1/2 ▼

Remuneração no emprego atual?

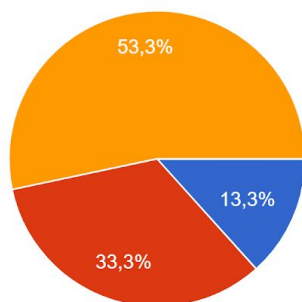
15 respostas



- Muito bom
- Bom
- Satisfatório
- Ruim

Qual é o seu grau de satisfação com relação às atividades desenvolvidas?

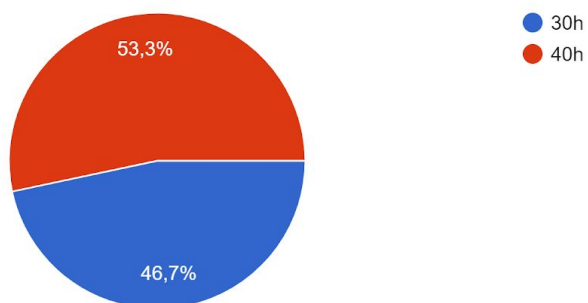
15 respostas



- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo

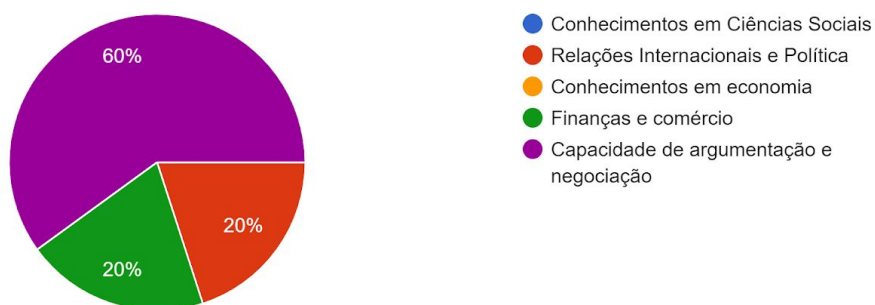
Qual é a sua jornada de trabalho semanal/horas?

15 respostas



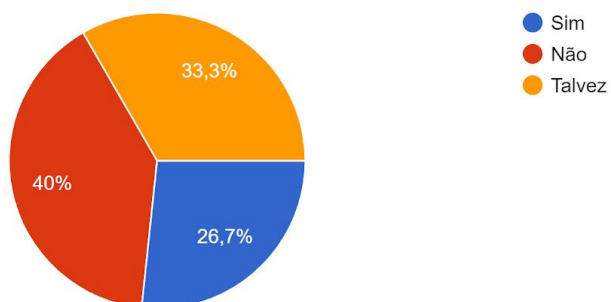
Quais os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de RI que influenciam nas suas funções no trabalhos o qual exerce?

15 respostas



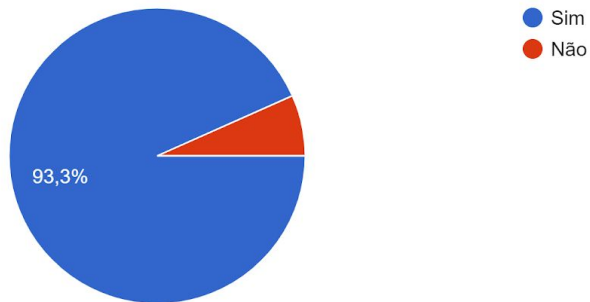
Você tem interesse em seguir carreira na organização onde trabalha?

15 respostas



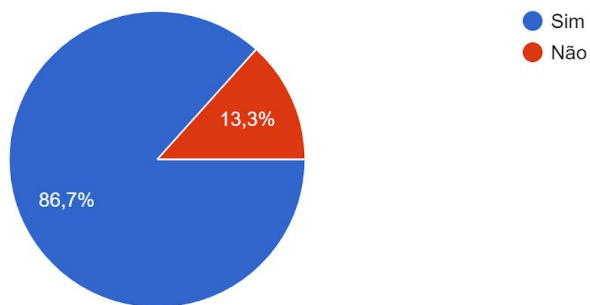
Quando era estudante do curso, você participou de alguma atividade acadêmica?

15 respostas



Você considera importante o estágio supervisionado?

15 respostas

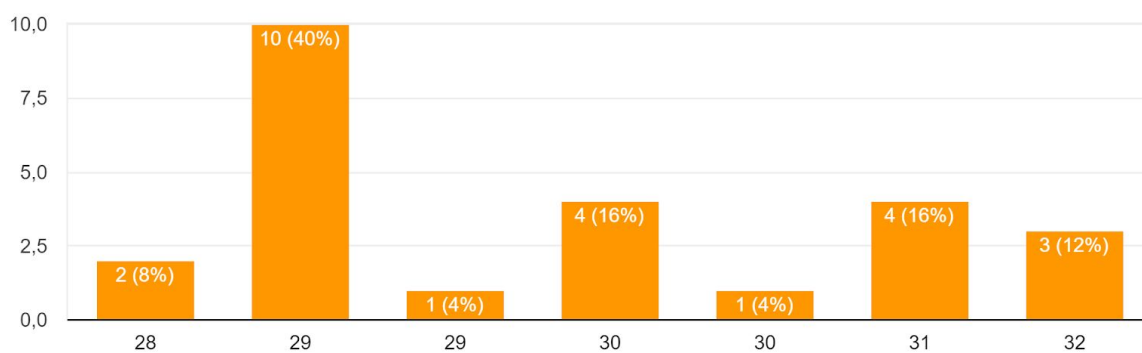


ANEXO III

Resultado da pesquisa turma 2009.1 e 2009.2

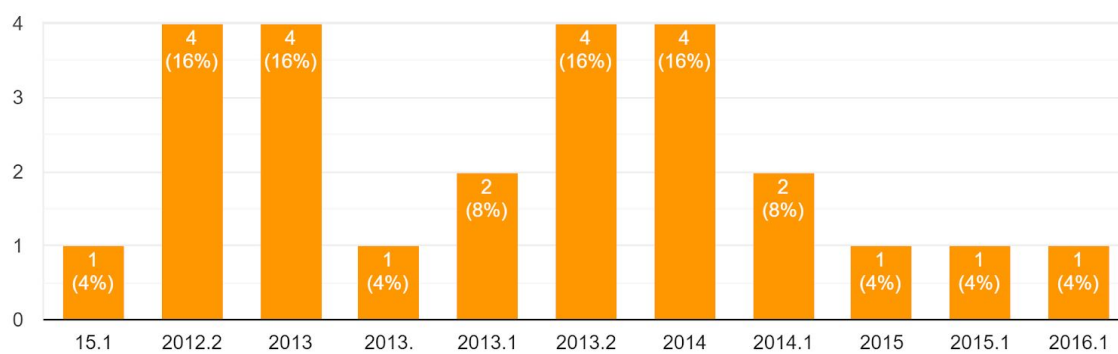
Idade

25 respostas

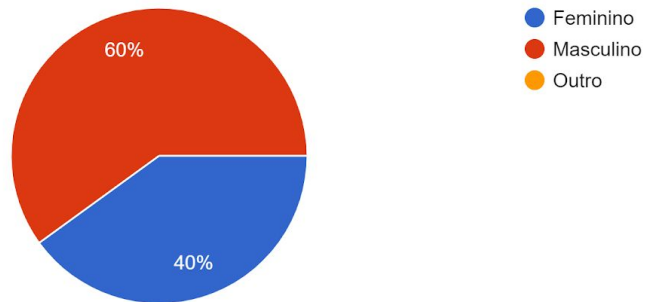


Ano de formatura

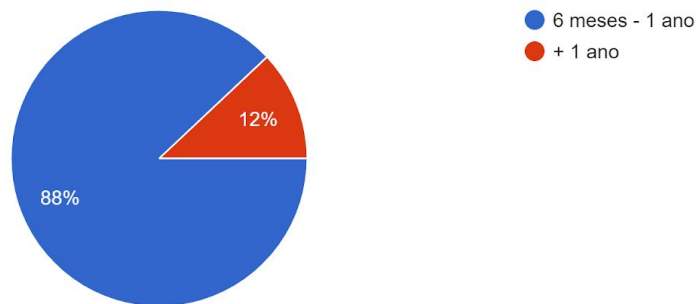
25 respostas



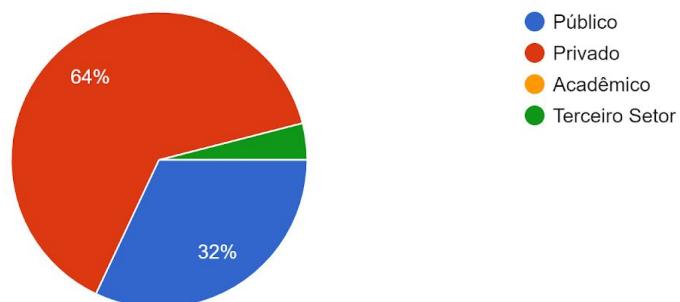
Sexo
25 respostas



Quanto tempo transcorreu entre a sua graduação e o primeiro trabalho?
25 respostas

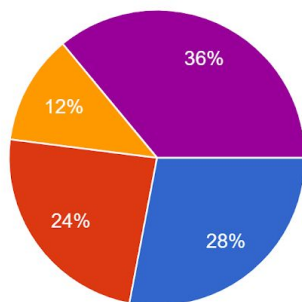


Setor em que trabalha Público/ Privado/ acadêmico/terceiro setor
25 respostas



Forma do encaminhamento ao emprego?

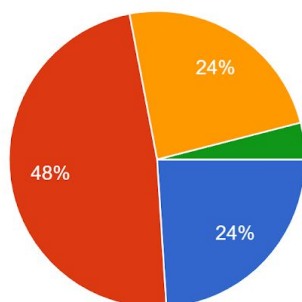
25 respostas



- Anúncios em jornais e websites
- Contato pessoal
- Efetivação pós estágio
- Programa Trainee
- outra forma

Remuneração no emprego atual?

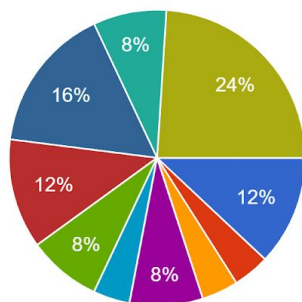
25 respostas



- Muito bom
- Bom
- Satisfatório
- Ruim

Principal atividade desenvolvidas no trabalho

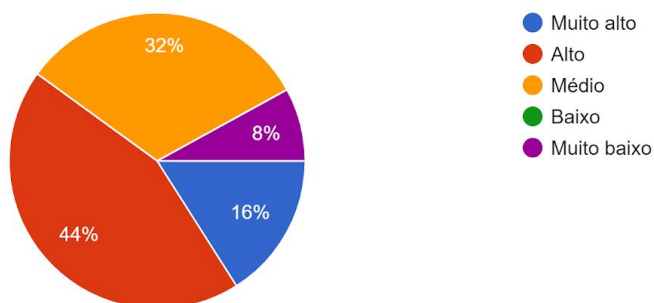
25 respostas



- Assessoria em projetos de cooperaçã...
- Captação de recursos
- Comércio exterior (logística)
- Carreira diplomática
- Desenvolvimento de Políticas Públicas
- Analista conjuntural político e econôm...
- Ensino Superior
- Elaboração e Gestão de Projetos

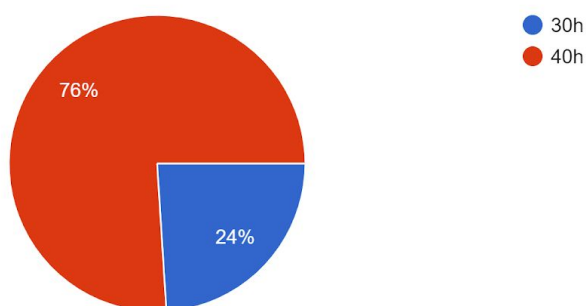
Qual é o seu grau de satisfação com relação às atividades desenvolvidas?

25 respostas



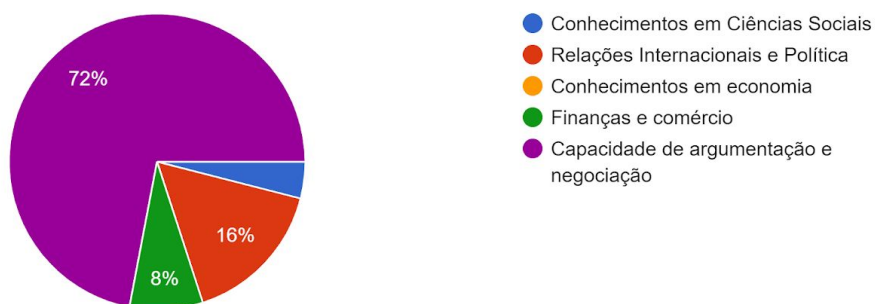
Qual é a sua jornada de trabalho semanal/horas?

25 respostas



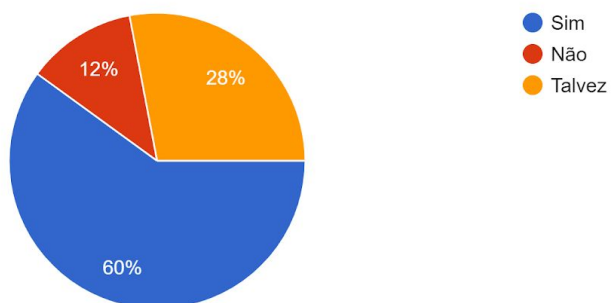
Quais os conhecimentos e competências que influenciam nas suas funções no trabalhos o qual vc exerce?

25 respostas



Você tem interesse em seguir carreira na organização onde trabalha?

25 respostas



Quando era estudante do curso, você participou de alguma atividade acadêmica?

25 respostas

